



ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

5ª

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, sob a presidência de Vítor Manuel Parreira Batista, Presidente da Mesa, de Ilídio Granjo Vaz, Primeiro Secretário e de Sandra Cristina Mendo Moura, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes trinta e oito membros dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Vítor Manuel Parreira Batista, Jorge José Martins Dias, Sandra Cristina Mendo Moura, Manuel Luís Varandas, Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança, Anabela Mendes Pereira, Ilídio Granjo Vaz, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Ana Cristina Preto Fernandes, Manuel José Cruz Duarte Lobo, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Paulo Ricardo Malta Coelho, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Ana Cristina Nunes da Silva Barroco, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Luís José Pinto Lopes, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, António Amálio Oliveira, António Luís Bernardo Martins, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carla Alexandra Reis Lousão, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Fernando Augusto Marcos, Luís Pedro Martins Lopes, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, Ricardo André Ramos Marcos, Américo Rodrigues, Carlos Manuel Preto Alves, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado, e Ricardo Necessidade Cunha Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos membros Miguel Bruno Martins Delgado, Filipe Manuel Ribeiro Pires, José Pedro Ovelheiro Amaro, Luís Filipe Marcos Castro e João Manuel Afonso Gerales. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**1.1- Ata da sessão ordinária do dia 30 de junho de 2022 -**
Apreciação e deliberação. -----

-----**1.2 - Proposta de Votos de Louvor – Apreciação e deliberação.** -----

-----**1.3 - Proposta de Votos de Pesar – Apreciação e deliberação.** -----

-----**1.4 - Informação da correspondência recebida e expedida.** -----

-----**1.5 - Período de intervenção do público.** -----

-----**1.6 - Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.** -----

-----**1.6.1 - Apresentação do Plano Estratégico da Terra de Miranda,**
Mogadouro e Vimioso, pelo Dr. José Maria Pires. -----

-----**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**2.1 - Apreciação da informação do Presidente da Câmara**
Municipal acerca da atividade do município, bem como da situação
financeira do mesmo - alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei
n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**2.2 – Gabinete do Presidente – Proposta – Segunda Alteração do**
Mapa de Pessoal – Ano 2022 – Análise e Deliberação.-----

-----**2.3 – Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa –**
Informação Referente à Aprovação – Alteração ao Regulamento de
Apoio à Iniciativa Empresarial e Económica das Áreas Agrícola e
Pecuária do Município de Mogadouro – Análise e deliberação.-----

-----**2.4 – Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –**
Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação
Urbana (ARU) de Ventozelo – Análise e Deliberação.-----

-----**2.5 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –**
Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação
Urbana (ARU) de Castro Vicente – Análise e Deliberação.-----

-----**2.6 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –**
Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação
Urbana (ARU) de Remondes – Análise e Deliberação.-----

-----**2.7 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –**
Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação
Urbana (ARU) de Sanhoane – Análise e Deliberação.-----

-----**2.8- Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –**
Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação
Urbana (ARU) de Vale de Porco – Análise e Deliberação.-----

-----**2.9 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –**

Handwritten signature/initials

- Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila de Ala – Análise e Deliberação.-----*
- 2.10- Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo – Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vilarinho dos Galegos – Análise e Deliberação.-----*
- 2.11 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo – Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Brunhoso– Análise e Deliberação.-----*
- 2.12 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo – Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Urrós - Análise e Deliberação.-----*
- 2.13 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo – Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Bemposta - Análise e Deliberação.-----*
- 2.14 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa do Ano 2022 - Análise e Deliberação.-----*
- 2.15 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Investimentos do Ano 2022 - Análise e Deliberação.-----*
- 2.16 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades do Ano 2022 - Análise e Deliberação.-----*
- 2.17 – Divisão de Águas, Saneamentos e Ambiente – Informação Referente ao Pedido de Desafetação do MM do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento - Análise e Deliberação.-----*
- 2.18 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – Fernando Peixinho & José Lima – SROC Lda. – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Relatório de Acompanhamento em 30 de junho de 2022 – Para Conhecimento.-----*
- 2.19 - Apoio às Freguesias/Uniões de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Para conhecimento.-----*
- 2.20 - Mapa de apoio à criação de emprego – Para conhecimento.---*
- 2.21- Mapa de cedência das máquinas no concelho – Para conhecimento.-----*
- 2.22 - Compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento.-----*
- 3 - Outros Assuntos. -----*

PS
Leh

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** cumprimentou todos os presentes e declarou abertos os trabalhos. -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1- *Ata da sessão ordinária do dia 30 de junho de 2022 - Apreciação e deliberação.* -----

-----Depois de colocada a ata à apreciação do plenário e sem ter havido intervenções, o Presidente da Assembleia submeteu-a à votação. -----

-----A ata foi aprovada por maioria, com (0) zero votos contra, (1) uma abstenção e (37) trinta e sete votos a favor. -----

► **JORGE DIAS** apresentou um voto de louvor: *“Voto de Louvor ao Mário André Afonso Freitas, conheço o Mário André desde pequeno, o Mário é daquelas pessoas que nos olha meigamente e sempre a sorrir, traduz no seu olhar a simplicidade e a alegria de viver, a sua educação está constantemente patente nos seus atos e principalmente no modo como sem distinções é amigo de todos, como desportista afirma-se não só pela sua classe e categoria, mas acima de tudo pela sua humildade, tem realizado o seu caminho construído com valores supremos de lealdade e igualdade, tudo é pouco para lhe agradecer a maneira como engrandece o nome de Mogadouro, certamente todos nesta assembleia concordarão que é digno de louvor e de reconhecimento”. O Louvor é pelo desportista que é e pela conquista na seleção nacional de futsal.* -----

► **PAULO CARVALHO** apresentou um voto de louvor que é proposto por toda a bancada do PS: queríamos que fosse um voto de louvor e aclamação por parte de toda a Assembleia *“ao trabalho desempenhado pelo Movimento Cultural das Terras de Miranda, Mogadouro e Vimioso na defesa intransigente de valores do território e consequentemente do concelho de Mogadouro.*-----

----- *Esta união é de vital e extrema importância para podermos reclamar ao poder central e europeu tudo aquilo que nos é devido e poder fazê-lo de forma firme e como um todo regional”. O sucesso dependerá de estarmos ou não todos unidos numa vontade una de vencer e reclamar o que de nosso tem que ser.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que chegaram à mesa mais três propostas de Votos de Louvor, uma: *“ao atleta Mário Freitas pelo seu papel na conquista da finalíssima de futsal, prova organizada pela UEFA e Conmebol que reúne campeões e finalistas na copa América e Europeu numa Final-Four”. A intenção da proposta é semelhante à apresentada pela bancada do PS, vou fundir as duas propostas numa, para ser votada.* -----



-----Temos um voto de louvor apresentado pela bancada do PSD mas também foi discutida e concordada em sede de conferência de Líderes “*em nome da bancada do PSD, proponho um voto de louvor ao Mogadourense Sérgio Manuel Heleno Venâncio, atleta do clube de caça e pesca de Mogadouro pelos resultados obtidos na competição nacional de tiro ao prato, onde ganhou a taça nacional, tendo ainda ficado classificado para o campeonato mundial. O seu esforço, empenho e qualidade desportiva elevam o nome de Mogadouro e contribuem para o seu reconhecimento para além das nossas fronteiras*” embora tendo sido apresentada pelo PSD acho que reúne uma intensão de todo o plenário. -----

-----Temos mais uma proposta de Louvor “*ao Clube Académico de Mogadouro, extensível a cada um dos seus atletas e à equipa técnica pela conquista da taça transmontana*”. -----

-----Vamos proceder à votação das propostas de louvor apresentadas. A primeira proposta é ao Mário André Afonso Freitas. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----A segunda proposta é ao Movimento Cultural das terras de Miranda, Mogadouro e Vimioso. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----A terceira é ao Sérgio Manuel Heleno Venâncio. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----Por último ao Clube Académico de Mogadouro, extensível aos seus atletas e à equipa técnica. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----Avançamos na ordem de trabalhos e passamos ao ponto 1.2 -----

-----Terminado este ponto passamos ao ponto **1.3 - Proposta de Votos de Pesar – Apreciação e deliberação.** -----

► **CONCEIÇÃO MEIRINHO** interveio e disse: “a bancada do PSD, agora também com o apoio da bancada do PS, vem então apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mário Augusto Batista, Pai do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro, também sogro do Exmo. Senhor Deputado Municipal Paulo Carvalho, no fundo este voto de pesar é uma palavra de afeto, estima e força, têm a nossa solidariedade neste momento, foi uma pessoa que com certeza contribuiu muito para a edificação deste concelho, mais que não fosse pela educação e pelo sentido cívico que conseguiu transmitir às pessoas que o acompanharam e que hoje estão ao nosso serviço”. -----



► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Altino dos Anjos Pires, Tio do Senhor Ilídio Granjo Vaz, Primeiro secretário da Mesa desta Assembleia. -----

-----De seguida colocou os Votos de Pesar a votação. -----

-----Pelo falecimento do Senhor Mário Augusto Batista. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Pelo falecimento do Senhor Altino dos Anjos Pires. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Avançamos para o ponto **1.4 - Informação da correspondência recebida e expedida.** -----

-----Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia desde a última sessão até ao dia quinze de setembro de dois mil e vinte e dois.-----

-----Não havendo intervenções passou-se ao ponto seguinte. -----

-----**1.5 Período de Intervenção do Público.** -----

-----Não houve público presente para intervir. -----

-----**1.6 – “Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.”**

-----**1.6.1 - Apresentação do Plano Estratégico da Terra de Miranda, Mogadouro e Vimioso, pelo Dr. José Maria Pires.** -----

► **JOSÉ MARIA PIRES** usou da palavra e disse: “queria agradecer imenso o convite que me foi feito para estar aqui presente, é para mim uma honra vir falar aqui à Assembleia Municipal de Mogadouro, falei na quarta-feira na Assembleia Municipal de Miranda e venho aqui falar hoje, antes de mais eu também queria apresentar os meus sentimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo falecimento do seu Pai e dar-lhe força, força transmontana. -----

-----Na apresentação do Plano em Miranda, disse lá uma coisa que aqui também digo com a mesma veemência, eu faço muitas apresentações deste tipo, falo muito em sessões públicas, mas a vinda a esta Assembleia e à de Miranda, são as intervenções públicas mais importantes que fiz até hoje, porque estamos a tratar dos assuntos da nossa terra. Este Plano Estratégico resulta do manifesto cultural das Terras de Miranda, Mogadouro e Vimioso que fizemos em julho de 2020 e onde nós referíamos que a nossa terra é vítima de algumas injustiças, uma injustiça económica, histórica, cultural e



ambiental de que é responsável principal o estado português. -----
(Neste momento foi apresentado o plano conforme apresentação que se
anexa no final da ata). -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse : “obrigado pela explanação do projeto que nos é apresentado, é fundamental pensar a forma como reter pessoas sustentada no reter valores, reter valor daquilo que são os produtos, recursos, para poder ter pessoas, porque só assim é que realmente conseguimos inverter esta tendência desertificada, porque isto é um processo de desertificação preocupante. Obrigado e apelamos aqui a que todo o plenário possa contribuir individualmente e coletivamente através das instituições. O projeto encontra-se até dezembro em consulta pública portanto quem quiser contribuir para o processo de melhoria continua do projeto estejam à-vontade.”-----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “Falou que um dos grandes recursos seria o aproveitamento da energia elétrica e como sabemos nós temos graves problemas por causa do negócio das barragens, que há aí muito dinheiro envolvido e nós não fomos ressarcidos em nada até ao momento. Eu queria saber como seria a melhor hipótese para valorizar esse recurso e para ir diretamente buscar aquilo que nos é devido. Qual é a hipótese das três autarquias, se poderiam as três em conjunto, as autarquias mais diretamente ligadas ao negócio da barragem, exigir através por exemplo de um grupo reconhecido de advogados que soubessem de leis e destes negócios um tanto obscuros, para ir buscar o dinheiro que nos é devido”. -----

► **JOSÉ MARIA PIRES** usou da palavra e disse: “o movimento tem um conjunto de pessoas que são juristas e que trabalham para o movimento a tempo parcial. Neste momento no estado em que o processo está, nós estamos convictos que os impostos são devidos, mas tenho algumas dúvidas que as instituições do estado português tenham força e a vontade necessária para o fazer, como já provou a atitude que o Ministro do Ambiente anterior teve nesta matéria e as investigações que estão em curso também revelam. O que é preciso agora do meu ponto de vista é que as três Câmaras se juntem e que façam um trabalho sistemático de natureza jurídica, porque isto ganha-se com inteligência e com conhecimento e para isso é preciso um trabalho de um conjunto de profissionais a trabalhar a tempo inteiro para isto, nós podemos ajudar , naturalmente, estamos sempre disponíveis, mas é preciso um trabalho profissional e eu estou convencido que se esse trabalho profissional for feito nós vamos conseguir a cobrança dos impostos, se esse trabalho não for feito eu tenho dúvidas sobre isso,

provavelmente não vamos conseguir, porque do outro lado está muita inteligência e muito conhecimento, se do nosso lado não estiver, já sabemos o que é que pode acontecer”.

► **PAULO COELHO** fez a seguinte intervenção: *“Algumas pessoas questionaram-me sobre o espaço de coworking que estava previsto para Mogadouro. Têm a intenção de sazonalmente vir trabalhar remotamente para Mogadouro e o espaço de coworking tem potencial para trazer mais pessoas ao nosso Município. Mesmo que as pessoas não estejam permanentemente a viver em Mogadouro podem passar alguns dias, ou semanas por ano na nossa vila, ajudando a economia local através do consumo gerado por estas pessoas e pode ainda ser um fator de atração de mais pessoas e negócios. Tendo já referido anteriormente em várias sessões desta assembleia a importância deste espaço de coworking, pergunto ao senhor Presidente da Câmara como está esta situação? Tendo visitado o espaço que o contrato produzido em março deste ano entre o Município de Mogadouro e a Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes verifiquei que ainda nada existe além do edifício que já lá estava antes!*

-----No dia 9 deste mês de setembro li uma notícia que tinha o seguinte título: “Antiga escola primária de Mogadouro demolida para dar lugar a estabelecimento de formação profissional”. Fiquei muito contente ao ler esta notícia que aborda a ideia de na antiga escola primária se instalar uma escola profissional. Relembro que na minha intervenção na 3ª sessão ordinária desta assembleia tinha dito o seguinte: “Aproveito ainda para fazer mais uma sugestão, invistam tempo e empenho para atrair uma escola profissional para se instalar na antiga escola primária porque é mais uma forma de atrair pessoas e ao mesmo tempo incrementar conhecimentos técnicos ao concelho, que podem ser aproveitados através de sinergias com a incubadora.” Dito isto, quero agradecer ao senhor Presidente da Câmara e aos seus companheiros do Executivo Municipal por terem ouvido as ideias da oposição nesta assembleia, pois também fomos eleitos para contribuir no debate de ideias. E podem contar com a bancada do Partido Socialista para contribuir para um debate de ideias em prol do desenvolvimento do nosso concelho. Na 2ª sessão ordinária desta assembleia, aquando da discussão do orçamento, questionei o executivo municipal sobre o que consistia o Centro de Recursos e como podem verificar nas atas desta sessão a resposta que obtive do senhor Presidente da Câmara foi a seguinte: “Em relação ao Centro de Recursos, pode ser aquilo que nós quisermos. Pode ser uma academia, pode ser um



centro de estudos apoiado, pode ser muita coisa...”, portanto, não sabiam o que iam fazer, mais uma vez reforço que podem contar com a oposição desta assembleia para trabalhar em prol dos munícipes no sentido de encontrar as melhores soluções para o nosso desenvolvimento. Ainda na resposta que o senhor Presidente da Câmara proferiu quando o questioneei disse ainda que a escola estava “completamente estourada e abandonada”, pois abandonada toda a gente podia ver, mas gostaria que me explicassem se não seria possível aproveitar a estrutura, pois este era um edifício emblemático para muitos mogadourenses que lá estudaram, como foi o meu caso e não consigo perceber o que o senhor Presidente queria dizer com a palavra “estourada”. Aproveito ainda para pressionar o Executivo Municipal para avançar rapidamente com a implementação da ideia da incubadora de empresas pois considero este investimento prioritário para o desenvolvimento do nosso município. -----

-----Finalmente quero fazer uma sugestão, que na análise ao regulamento de Atribuição de Apoios a creches, amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL do Município de Mogadouro, me passou ao lado. Por vezes na leitura e interpretação dos regulamentos é difícil prever todos os pormenores no âmbito da aplicação prática dos mesmos. No artigo 16º com o título Modalidade e atribuição de apoio do referido regulamento no ponto 2 é referido que o pagamento será efetuado após a entrega do comprovativo do pagamento da mensalidade junto dos serviços municipais. A minha sugestão é que se acrescente no regulamento uma obrigatoriedade da parte do Município de pagar até 5 dias o valor após entrega do comprovativo de pagamento. O que está a acontecer é que as famílias são obrigadas a pagar a mensalidade no início do mês, mas só recebem o apoio no final do mês. No início do mês é quando as famílias têm mais encargos com despesas fixas e se o município conseguir pagar mais rapidamente este apoio mais facilita a gestão dos orçamentos familiares. --

-----Obrigado pela vossa atenção, continuação de um bom trabalho”. ----

► PAULO CARVALHO fez a seguinte intervenção: “1 - Antes de iniciar a minha intervenção, e para que não haja qualquer dúvida sobre o meu posicionamento, quero deixar claro que este meu primeiro ponto, em forma de questão, tem somente o intuito de me servir, no esclarecimento, na informação, e como elemento percepcional para tomadas de posição futuras, quer pessoais, quer muito provavelmente por parte da bancada que represento e fui eleito. Sendo assim, na Cerimónia de abertura do último Festival Terra Transmontana, ouvimos afirmar por parte do sr. presidente da Câmara, que um dos seus magnans objetivos de mandato,

seria conseguir a ascensão do estatuto de Mogadouro, de Vila a Cidade. E é por talvez mera desinformação minha, Sr. presidente, que lhe faço as seguintes questões: -----

-----a) Quais as reais e verdadeiras vantagens que o Concelho e a Vila de Mogadouro poderá retirar com essa mudança de categoria ou estatuto, no contexto regional e Nacional? -----

-----b) Poderão os munícipes ser porventura prejudicados com tal decisão, com aumento de taxas municipais ou nacionais, refiro-me por exemplo a pagamento da derrama ou aumento de IMI, entre outros?-----

-----c) Estaremos em condições de cumprir com os requisitos necessários para que possamos almejar essa sua ambição? Repito, Sr. Presidente, a minha posição pessoal sobre vantagens ou desvantagens desse desígnio não está de forma alguma tomada, nem perto disso. Mas parece-me tema de importância relevante para, que no mínimo, sejamos verdadeiramente esclarecidos sobre a matéria e dos porquês dessa sua vontade. Uma coisa desde já afirmo, convença-me V. Exa. de que o Concelho e/ou os seus Municípios retirarão vantagens desse novo estatuto e certamente terá mais um aliado para ajuda a esse desígnio. Mas, deixe-me também que lhe diga, que a minha primeira perceção não é clara nem objetiva, no entendimento dessas potenciais vantagens. Temos exemplos de autarcas deste País, e dou-lhe como exemplos Basílio Horta ou o seu antecessor Fernando Seara, da Câmara de Sintra, assim como António Capucho de Cascais, Isaltino Morais de Oeiras; Vasco Almeida Ferraz de Ponte de Lima, entre tantos outros por esse País fora, que não o acompanham nessas vontades. São várias as justificações que apresentam para preferirem manter as suas localidades como Vila em detrimento da possibilidade de serem Cidade. E todos estes casos até cumprem todos os requisitos obrigatórios pela Lei 11 de 1982, de forma a poderem fazer essa ascensão de forma imediata, se assim o desejassem. São justificações de ordem vária, onde o tema Turismo, ou a não eficácia eminente nessa mudança, ganham especial relevo. Eu, numa primeira análise, simples e desprovida ainda de profundidade, olho para os recentes exemplos de Municípios, fisicamente mais próximos de nós e da nossa realidade, que efetivaram essa mudança, e também aí não consigo percecioner qual a substancial evolução e melhoria de condições de vida dos seus Municípios que com tal ação retiraram. Como exemplo disso posso referir Macedo de Cavaleiros, ou Vila Nova de Foz-Côa ou até Trancoso, que levam já alguns anos, talvez décadas, depois desta mudança, e não consigo percecioner mudanças substanciais, antes pelo contrário, sabemos bem, e

Heh

analisei, que quase todos os índices de possível análise não são favoráveis à tomada de uma posição firme de que foi uma mudança importante para a vida dos seus Cidadãos. Aliás, apresentam dados bem semelhantes aos apresentados pelas ainda resistentes Vilas. Por outro lado, Sr. Presidente, tenho para mim ainda, que a par de outras apostas, é também ainda o Turismo e a oferta Turística, um elemento de fundamental importância, a defender na nossa evolução. E nós sabemos bem o que o turista procura quando escolhe Mogadouro ou um território similar, ou até a região, como seu destino. Tenho a percepção que o seu primeiro pensamento é exatamente nem ouvir sequer falar em Cidades, e de tudo o que este pensamento está afeto nas memórias, como seja a urbanidade exagerada, a falta de identidade, ou a pouca qualidade de vida, seja lá o que isso for. O «nosso» turista procura tudo o resto. A calma, a simplicidade, das gentes e dos locais, a identidade, a diferença e referência cultural, a Vila, a aldeia, e se possível, que seja o «lugarejo», o local mais recôndito e isolado. Não que queiramos ser locais isolados, ou sem alma. Aliás, isso temos de sobra, e podemos vendê-la ou até oferecê-la. Mas também a este nível me parece talvez não ser esta a escolha mais apropriada para quem já definiu como valor Turístico a explorar, o Turismo Aventura, o Turismo Natureza, o Turismo Cultural. Há ainda a questão de timing deste mesmo propósito, que me faz questionar. E por dois motivos me questiono. Primeiro - Sabemos do acelerado declínio populacional que nos assola, com a desertificação a assumir valores catastróficos, e sabemos que uma das exigências para que se possa cumprir essa vontade, é ter 8000 habitantes em contínuo. Temos um Concelho com pouco mais que 8000 habitantes em toda sua extensão. Será então seu propósito que as aldeias deixem de ser aldeias, que as Freguesias deixem de ser Freguesias, para cumprir essa exigência de Lei, e tornar Mogadouro Cidade? Dir-me-á que, um pouco como acontece em todas as leis nacionais, há a possibilidade de «ludibriar» essa exigência, como seja, por exemplo, fazer reconhecer o valor histórico do local. Mas essa parte parece-lhe possível de ser motivo de análise? -----

-----Segundo motivo - Essa vontade surge exatamente no momento em que a Vila se engalanou, para com orgulho, comemorarmos e bem, os 750 anos enquanto Vila. Deduzo então que esta vantagem que temos, de ser uma das mais antigas Vilas da Nação, não ter, portanto, a importância que no momento lhe estamos a conferir. Mas, Sr. Presidente, como já referi, tudo isto que neste momento me faz questionar, e que me leva a ter a ideia de que, é mais valioso para nós, sermos uma Vila com 750 anos, do que



uma Cidade com meia dúzia, pode a qualquer momento ser alterado, consiga eu perceber com verdade que ter Mogadouro cidade é melhor para mim e para os meus, do que ser esta Vila, esta Lutadora, Nobre e Lindíssima Vila, que Trindade Coelho, Rentes de Carvalho e outros, cantaram com orgulho. E nesse preciso momento, se assim for, se for perceptível essa vantagem, terá da minha parte um braço e um coração mais para cumprir essa vontade. Mogadouro, Vila, Cidade ou Lugarejo, merecerá sempre a defesa do que para os seus seja melhor. Não são títulos que nos fazem ser melhores. Melhores seremos, se melhores estivermos e formos enquanto Sociedade, enquanto Povo.

-----Sr. Presidente da Assembleia, um ano passou sobre a primeira vez que abordamos o assunto da possibilidade de estas sessões serem transmitidas via online ou Streaming. Havia alguns constrangimentos justificados pela ausência de regulamentação própria no Regimento desta Assembleia e de deficiências por parte do Regulamento Municipal. Esta assembleia resolveu o seu problema com a aprovação do novo Regimento. Pergunto: Estão já criadas as condições para este objetivo, desejado por nós e pela Mesa da Assembleia?-----

► **MANUEL LOBO** fez a seguinte intervenção: *“Questão da Água - Exmos. Senhores, trago a esta Assembleia novamente a questão da qualidade da água, que é uma questão que creio que nos preocupa a todos. Todos sabemos que o problema é antigo e que já estão pensadas algumas propostas de resolução. Mas o que me traz aqui e que creio que interessa a todos é o PRESENTE, pergunto: -----*

-----Se os valores atuais de Manganês e Ferro representam algum tipo de risco para a Saúde Pública? As pessoas devem evitar cozinhar com esta água atualmente? Todos temos família, por isso gostávamos de conhecer os riscos.-----

-----Recordo que, quando estavam na oposição (14 Novembro 2020) também alertavam veementemente para este facto, cito:-----

-----“Estudos recentes, nacionais e internacionais, referem que o manganês quando presente de forma descontrolada tem consequências nefastas para a saúde humana, sobretudo a nível neurológico. Nos mesmos, também é dito que a água só é segura quando não apresenta alterações organolépticas (cor, sabor e cheiro). A nossa água é castanha (e tem tido cheiro, acrescento), não a podemos consumir, mas continuamos a pagá-la” fim de citação. -----

-----Empresa para concursos - Verificamos no Portal base um ajuste direto no valor de 19.800€ para uma empresa vir aplicar instrumentos

Deh

para a contratação de pessoal (relacionado com os concursos por vós lançados). Pergunto ao certo, qual o racional desta situação, uma vez que suponho que devem ter recursos próprios e júri para o efeito? -----

-----A última questão estava relacionada com a Feira dos Gorazes: ----

-----Queria questionar, isto é, se for público, se já tinham atribuído o subsídio à ACISM para a organização da feira dos gorazes? E permitam-me perguntar se houve redução de verba ao ponto de este ano se ter de cobrar entrada e cobrar stand aos produtores e artesões locais?” -----

► **CARLA LOUSÃO** usou da palavra e disse: “ venho em representação da minha freguesia trazer aqui um assunto que já está nas mãos do Senhor Presidente da Câmara, mas como me comprometi com o meu povo e com os encarregados de educação vir trazer novamente este assunto aqui, porque senão estariam todos aqui hoje presentes, venho exatamente fazer esta nota, o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora da Educação já têm conhecimento do problema que nós estamos a viver com o autocarro que faz o transporte dos alunos de Castro Vicente para Mogadouro, continuamos a ter o problema em que eles chegam atrasados de manhã, à noite também chegam demasiado tarde a casa, já por volta das 19h e 15m, temos duas crianças novas de seis anos que estão cerca de doze horas por cá, o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora estão a tomar efetivamente as diligências. Quando eu digo aos pais da minha freguesia, o assunto não é propriamente fácil de resolver, eles respondem: é sim senhor, é só fazer com que o autocarro não passe por ali, só que há outro tipo de questões que estão aqui subjacentes que realmente acabam por ultrapassar a estrutura que está montada e que às vezes acaba por ser superior àquilo que nós pensamos, por isso Senhor Presidente se tiver alguma novidade para me dar, não estou a dizer que seja durante a reunião, mas que eu possa transmitir que há uma luz ao fundo do túnel para avisar os pais, porque realmente têm esta preocupação. -----

-----Em segundo lugar acho que há um assunto que merece ser refletido e trabalhado a nível desta Assembleia, que será um assunto que preocupa todos, que está associado à questão das alterações climáticas e nomeadamente a seca extrema que estamos a viver aqui em termos do território. Senhor Presidente a nível por exemplo da Comunidade Intermunicipal, ou mesmo a nível do Município existem algumas medidas que estejam pensadas, nem que seja por exemplo a instalação de cisternas para recolha de águas pluviais para rega de jardins? Não sei o que é que se pode pensar mais, mas realmente este é um assunto que a mim me preocupa, porque nós somos efetivamente um território agrícola e esta seca




vai-se manter e ser cada vez mais preocupante. -----

-----Em terceiro lugar dar aqui a minha opinião, e não passa disso, depois das palavras do Doutor José Maria Pires e à medida que ele nos apresentava aqui números concretos, isto faz-nos refletir e claramente, temos que cada vez mais nos unir e refletir no que se está a passar em termos do território, temos que rumar todos para o mesmo lado, não vale a pena um querer fazer e o outro não querer fazer, porque só vamos conseguir realmente tentar reverter a curva do despovoamento que aqui está, se todos trabalharmos com esse objetivo, se calhar numa futura assembleia trazermos esta reflexão, trazermos este tema aqui para ser refletido e debatido com mais profundidade”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “trago aqui alguns assuntos que são pertinentes nesta altura e começava pela água que também já aqui foi tratado, é óbvio que é um assunto que nos preocupa a todos e como dizia ali a minha colega de Mesa, aquilo que o PSD andou a dizer durante anos é o que diz agora a oposição e muito bem, este é o papel das oposições, é assim que as coisas têm que funcionar, não é agradável termos a água que temos a correr-nos nas torneiras, quer em casa, quer nalgumas indústrias e eu sei do que falo, estamos a sofrer as consequências da coloração da água nos equipamentos, nas lavagens, para além de não podermos utilizar a água para os fins que ela devia servir e não serve, obviamente espero que o problema seja resolvido com a celeridade possível, penso que já estará pronta para entrar em obra uma nova ETA para tentar resolver o problema, este ano ainda mais agravado devido à seca e ao baixar da barragem, mas pronto, estamos atentos e nunca é demais lembrar este assunto e puxar por ele, porque acho que é dos assuntos mais importantes. Não vamos voltar ao passado, já aqui foi falado mais vezes, acho que a solução estaria encontrada, se tivéssemos neste momento condições para nos podermos servir da água que está no alto de Brunhosinho, porque eu em Bemposta, bebo água da torneira e não tenho problemas nenhuns, porque a água de Bemposta é boa, é tratada, não tem cheiro, não tem coloração, muita gente sei que bebe água da torneira sem problemas nenhuns, seria muito bom que pudéssemos ter essa água aqui. ---

-----Deixar aqui um alerta daquilo que foi a recolha de lixo durante o verão, principalmente no mês de agosto, quer nas aldeias, quer na vila, na minha freguesia houve problemas de recolha na semana da festa, ali junto ao quinze de agosto e antes, a explicação que me deram é que tinha havido uma greve, mas passamos uma péssima imagem para quem nos visita nessas alturas do ano, os caixotes estavam cheios de lixo e havia sacos



acumulados junto aos caixotes, penso que tem que se precaver a situação do aumento da população e do aumento da produção de lixo nessas épocas, reforçar as recolhas com mais visitas dos camiões. -----

-----Os eventos que decorreram durante o verão, quero dar os parabéns ao Município pela qualidade, pela elevação com que decorreram e sobretudo, porque se notou que houve um bom retorno para o concelho, para o comércio, para a indústria, para o turismo, para as unidades hoteleiras que temos, as poucas que temos infelizmente. Foi muito bom, colheu-se aquilo que eu acho que é essencial, além da parte lúdica, também houve um bom retorno financeiro da parte daquilo que se fez durante o verão nas festas, nos eventos promovidos pelo Município. -----

-----Outro assunto que também já aqui foi focado, os Gorazes, fiquei triste quando soube que iria haver uma cobrança de um valor para a feira dos Gorazes, cheira-me um bocadinho àquela política, tipo à António Costa, é querer estar a dar com uma mão, e este Executivo já deu provas disso, tem dado através dos regulamentos que aqui foram aprovados de apoios, quer às famílias, quer aos estudantes, um pouco por tudo, estes regulamentos têm vindo a ajudar as pessoas e as empresas do concelho, penso que a Câmara é um parceiro importante na organização dos Gorazes, embora a organização seja por parte da ACISM, mas vejo com muito maus olhos que a ACISM faça a cobrança de uma entrada para a feira dos Gorazes, os Gorazes não são isto, eu sei do que falo porque estive na direção da ACISM na altura em que se mudou a feira lá para cima e houve um ano em que optamos por cobrar, mas foi o único ano, porque correu mal, correu mesmo muito mal, inclusive os elementos da direção fomos insultados, por estarmos a cobrar, na altura penso que era 1€ ou 2€, era insignificante. Não me venham dizer que em Atenor também se paga, que em Macedo também se paga, nos Gorazes penso que não se deve pagar, acho que é uma situação que o Município devia rever novamente com a ACISM, porque acho que vai funcionar mal, e desta forma está a descaracterizar-se aquilo que é a essência da feira dos Gorazes, porque não é isso. -----

-----O Senhor Paulo Coelho, falou na questão da escola profissional, nós registamos com agrado que tenha ido ler o programa do PSD, porque lá está o ponto que aqui falou do ensino profissional, mas registamos sempre com agrado que sejam dadas ideias, é também o papel da oposição, é o papel de todos aqui na Assembleia, mas de facto essa era uma proposta do PSD, se for ver, está lá no nosso programa, no PSD preocupamo-nos em cumprir o que prometemos em campanha eleitoral, tem sido esse o guião que tem estado a ser seguido. -----

Jorge Dias

-----Tenho aqui outro ponto que não se enquadraria muito aqui, talvez nos outros assuntos, mas já tinha comunicado ao Senhor Presidente que precisaria sair mais cedo, porque tenho compromissos que já tinha antes de ser alterada a data desta Assembleia, que tem a ver com o ponto de ordem à Mesa que eu fiz a um elemento do público. Ainda bem que ficou tudo registado em ata, eu fi-lo porque além de outras coisas, se estava a desvirtuar aquilo que deve ser uma intervenção do público, nomeadamente além de ter já ultrapassado o tempo que lhe era destinado estava aqui a entrar em pura campanha eleitoral, chegou ao ponto de dizer, votem na CDU, o interveniente não está aqui, também não tem que estar e também não é isso que me inibe de fazer esta intervenção. Se forem ver no regimento desta Assembleia os pontos que podem ser tratados pelos elementos do público não têm que ter nada de cariz político, tem que aqui trazer as preocupações que ele entender que deve trazer, e não vir aqui fazer apelos diretos ao voto em determinados partidos, ele não está aqui em representação de nenhum partido, está como elemento do público. Além de estar a violar o regimento desta Assembleia Municipal, estava a violar também a lei geral autárquica das eleições, porque todos sabemos que só é possível fazer apelo direto ao voto num partido em campanha eleitoral, é por isso que o material de campanha normalmente só é distribuído durante a campanha, aquele que faz apelo direto ao voto. O mais grave é fazer esse apelo direto aqui numa Assembleia Municipal. Foi por isso que eu fiz o ponto de ordem à Mesa para interromper a intervenção do elemento em causa, eu apelo para que haja mais atenção nestas situações, nas intervenções do público”. -----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “primeiro agradecer ao Senhor Presidente as palavras que teve no Encontro Nacional de Autarcas, pelo seu discurso que foi muito positivo e revejo-me muito nas palavras que o Senhor disse, foi um discurso eloquente e positivo. -----

-----Depois, perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, em relação ao Matadouro, qual é ponto da situação em que estamos e fundamentalmente qual é a viabilidade económica deste projeto, tendo em conta que em Mogadouro infelizmente só existem dois ou três talhos, não sei qual será a viabilidade económica? -----

-----Já se falou aqui também na água, eu achava e via com bons olhos, assim como todas as pessoas do concelho, ou a maior parte delas, que seria bom solucionar este problema de uma vez por todas e apostando fundamentalmente até no valor económico se fosse necessário, sem prejuízo do outro projeto, mas se for preciso adjudicar outro projeto para



resolver esta situação que nos aflige a todos”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio e disse “começo por responder ao Deputado Paulo Coelho sobre o espaço coworking, conforme foi dito aqui quando ele foi anunciado, isto é um projeto que a CIM está a tratar a nível de todos os municípios da CIM em que os concelhos identificaram um espaço a disponibilizar para fazer a candidatura à CIM para instalar esse espaço, estamos a aguardar que a candidatura seja aprovada para podermos em conjunto, a nível da CIM, dos nove concelhos, dar essa resposta. Por acaso questioneei há pouco tempo como é que estava isso, ainda não há candidatura aprovada, foi apresentada, portanto quando houver desenvolvimentos será com certeza dado conhecimento a esta Assembleia. -----Em relação à antiga escola primária no bairro São Sebastião, eu acho que é um problema que já devia ter sido levantado há mais tempo, porque tratando-se de um equipamento com o avançado estado de degradação que tinha, com uma cobertura em fibrocimento em que o próprio Governo ao longo destes anos tem feito um festival de combate em relação ao problema do amianto e nada tenha sido feito para o resolver, portanto passou por duas fases, uma em que nós assumimos a retirada do amianto daquela escola, onde fizemos uma empreitada de vinte mil euros, ou à volta disso porque efetivamente têm que ser empresas especializadas que reúnam condições para esse efeito e seguidamente entendemos que as condições do edifício não permitiam qualquer tipo de recuperação para adequar à novas funções, que hoje a vida escolar, principalmente aquilo que nos vai na ideia, necessitam. De maneira que se fez novo concurso, nova consulta para a demolição, felizmente hoje mesmo chegará à minha secretária, ao meu computador, o levantamento topográfico, para podermos tratar da adjudicação do novo projeto que ali irá nascer. No programa que apresentei aos Mogadourenses chamei-lhe Centro de Recursos, e disse aqui e muito bem, Centro de Recursos é aquilo que entendermos que conjuntamente todos os que aqui estamos, inclusivamente era minha ideia pedir opinião nas redes sociais, à população em geral, para dar sugestões daquilo que efetivamente precisamos no campo da educação em Mogadouro e não só, no território que Mogadouro pretende centralizar. Tenho ouvido muita gente sobre isso, tenho procurado ouvir, provavelmente também iremos lançar esse repto nas redes sociais para que cheguem ideias novas. A ideia que eu tenho e que a minha equipa tem neste momento, é criar ali uma instituição que permita criar cursos ou formação que dê empregabilidade aos jovens, e nesse sentido, eu assumi e fui visitar, eu e a minha chefe de gabinete uma escola profissional que tem um longo historial de



empregabilidade, que é a escola profissional de Trancoso para poder ver apenas que tipo de instalações têm, que tipo de equipamentos têm disponíveis e qual o grau de empregabilidade que dá e a quantidade de alunos. Já tinha uma ideia e vim de lá com uma ideia muito positiva porque leciona cursos que absorvem alunos, quer do distrito de Bragança, quer do distrito da Guarda, neste momento tem trezentos alunos, tem uma série de cursos que acho que aqui podem vir a fazer sentido. Devo dizer que ontem mesmo mandei um email a pedir uma audiência com o Senhor Ministro da Educação para discutir precisamente este assunto. Este assunto que tem que ter um enquadramento não só a nível de Mogadouro, tem que ter enquadramento territorial, também tenho discutido isso com os meus colegas do baixo savor porque eles também são de opinião que devemos ter uma instituição que responda a esta carência do território, devemos formar pessoas para empregabilidade, portanto a mim pouco me importa que o Instituto Politécnico de Bragança faça um curso para agroflorestal quando depois ninguém vai investir na agroflorestal e não serve para nada a não ser eventualmente o aluno prosseguir os seus estudos na universidade, portanto isto é um assunto que está a ser tratado com muito cuidado e a orientação da nossa parte é esta. Vamos recolher naturalmente os contributos possíveis com um projeto bem estruturado que responda a estas necessidades, é que tem outra vantagem, nós temos estruturadas privadas que podem dar ancoragem e suporte a estes cursos. Em princípio é isto que vamos seguir, sem desconsiderarmos qualquer opinião que possa surgir e que nos possa ajudar nesse campo. -----

-----Em relação à atribuição de subsídios, pagamentos das amas, creches, isso está a correr com a normalidade, é preciso fazer a reinscrição porque há uns que saem, outros que entram, poderá haver aqui algum desfasamento, é feito com a apresentação dos recibos, até hoje não me chegou qualquer reclamação, está a ser um apoio importantíssimo para as famílias, estamos no caminho certo e andamos até um bocado à frente do próprio governo, como eu já tive aqui oportunidade de dizer, porque tal como eu, já ouviram o Governo anunciar o pagamento de creches, mas até ao momento falou, falou, mas não apoiou nada, agora vem falar também do pagamento nos almoços no ensino básico, nós estamos a pagar também os almoços do ensino básico, vamos lá ver se o Governo nos vem poupar esse dinheiro, eu gostaria que ele começasse a poupar à Câmara de Mogadouro já neste mês, mas estou convencido que nem no próximo ano, mas vamos acreditar que o dinheiro do PRR sirva para alguma coisa e que também chegue alguma coisa aqui. -----



-----Em relação à questão suscitada pelo Deputado Paulo Carvalho, estatuto de cidade, benefícios, timings, tudo isto. Meus amigos é preciso ter um bocado de ambição, agora dizer, mais quero uma vila boa do que uma cidade ruim, nós só não cumprimos um fator, o fator da população, mas outros também não cumpriam e não cumprem ainda hoje, de resto cumprimos todos os fatores; mas quero dar-vos um exemplo do que perdemos em relação às cidades da CIM no anterior quadro comunitário de apoio, havia para a reabilitação urbana os programas PARU`s e PEDU`s, os PEDU`s eram programas para as cidades e os PARU`s eram para as vilas, a diferença foi só esta, é que Mogadouro enquanto vila teve direito a um milhão de euros, nesse programa, Macedo e Mirandela tiveram direito a dez ou onze milhões de euros, só nesse programa, isto é apenas um pequeno exemplo, agora o que é que a cidade retira ao estatuto que Mogadouro tem hoje, à qualidade de vida que Mogadouro tem hoje, às infraestruturas que Mogadouro tem hoje? O nome cidade retira alguma coisa? Retira-nos alguma originalidade, alguma ruralidade? Não retira absolutamente nada, portanto é a minha opinião, é um desafio a que deitámos mãos, está uma equipa a trabalhar nessa situação, a tentar fazer esse caminho e eu desejo arduamente que consigamos chegar a bom porto, mas pelo menos há uma coisa, não nos podem acusar de não tentarmos, vamos tentar e é isto que todos devemos fazer. Acho que quando se definem objetivos devemos lutar por os conseguir e nesse aspeto nós vamos procurar atingir esse objetivo, sabendo à partida das dificuldades e do caminho que é necessário trilhar. -----

-----Qualidade da água, Manuel Lobo, é evidente que este assunto entristece hoje todos os Mogadourenses, é verdade que o PSD foi um crítico em relação à qualidade da água durante os últimos anos e aceito perfeitamente as críticas que hoje aparecem, que as pessoas possam fazer em relação à qualidade da água, mas o que tenho para vos dizer é que a alternativa é cortar o fornecimento de água aos municípios, neste momento quer queiramos, quer não, esta era neste momento, a única alternativa, porque senão pusermos água de Bastelos nas torneiras não temos condições para levar água às pessoas. Aparece com os problemas que aparece porque tivemos que descer a captação para o nível inferior e como não tem chovido a qualidade é esta, tem estado a fazer-se o tratamento que é possível fazer com técnicos especializados que a Câmara tem avençados, há análises feitas todos os dias e não me foi reportada pelo Laboratório Regional de Trás-os-Montes, nenhuma análise perigosa que ponha em causa a saúde das pessoas, de maneira que estamos a fazer os possíveis,

agora criticar é correto quando há razões. Eu queria-vos alertar também para o seguinte, em 2012 deixámos um depósito para três milhões de capacidade de litros no aloto de Brunhosinho onde pode ser colocada água de qualidade como dizia o Presidente da Junta de Bemposta e ficou equipado com estação de bombagem, que nunca serviu até hoje. Eu pergunto quantos metros de adutora foram feitos nos últimos oito anos? Qual foi o cuidado que foi dedicado à solução deste problema durante oito anos? Eu sei, não é fácil, todos vós sabeis o imbróglio em que estamos com as Águas do Norte, neste momento, antigas Águas de Trás-os-Montes e continuamos, como vão ver a seguir, com o mesmo propósito porque entendemos que estamos no bom caminho, que devemos ser nós a gerir a nossa água, a fornecer a água aos nossos munícipes, mas isto não é fácil, como sabem, a ERSAR é uma entidade reguladora, que faz grandes exigências e que também a nível de fundos comunitários, nos obrigam e obrigaram também o Executivo anterior, se quis financiamento para alguns investimentos, nomeadamente a questão das ETAR's, a assinar compromissos um bocado complicados para o concelho, senão não havia alternativa, não havia dinheiro, portanto nós temos que tratar com muita responsabilidade e com muita determinação a questão da água. Quero-vos dizer que vai ser prioritário, já neste momento em 2022 foi feita uma alteração ao orçamento para colocar precisamente numa rubrica de abastecimento de água a Mogadouro, três milhões e oitocentos mil euros para fazer a adutora de Brunhosinho para Mogadouro com dois depósitos na serra do Variz para regularizar o abastecimento às aldeias sem captação, esse concurso vai sair, estão apenas os técnicos a fazer algumas alterações ao projeto, por exemplo Tó já está a ser abastecido de água, Bemposta, há que eliminar ali se calhar um ramal, portanto têm que se fazer essas correções para lançar o concurso do projeto que já existe há muitos anos, que é a segunda fase de abastecimento de água ao concelho de Mogadouro, a isso vai ser dada prioridade, e quero também dizer com esta franqueza que não é isso que vai resolver o problema do abastecimento. Mas na nossa perspetiva abre aqui uma janela de oportunidade para podermos limpar a barragem de Bastelos, porque sem termos capacidade de colocar água do rio Douro, mexer na barragem seja através de qualquer sistema de proceder à limpeza da barragem, porque eu acho que a APA está sensibilizada para a limpeza da barragem até diz que arranjava dinheiro este anos, se calhar a franqueza devia-se ao facto dela saber que não temos condições para fazermos essa operação, porque não temos alternativa de fornecimento. Acho que a APA está preocupada com o problema da água. Nos concelhos que nós fizemos



questão de entrar como concelhos quase de risco, isto permite-nos ter maior receptividade nas candidaturas que apresentarmos a financiamento, como já permitiu que a própria APA fizesse que como têm visto agora todos os outros concelhos têm vindo atrás a pedir e a APA tem vindo a conceder, entre os quais, o ultimo agora, Vinhais. A situação da água é esta, não escondemos a ausência de qualidade que estamos a por nas torneiras, estamos a fazer o esforço para lançar o mais rapidamente possível o concurso que demorará o seu tempo, mas estou convencido que se fizermos esta adutora de Brunhosinho a Mogadouro poderemos dar passos significativos, isto também com a nova ETA que está já adjudicada, que já reuni com o empreiteiro e demonstrou vontade em iniciar já no início deste mês a obra, tem um prazo de execução bastante limitado, que presumo que se cumprir, e é obrigado a cumprir, senão perdemos financiamento, há limites e prazos para cumprir, ele disse que cumpria, portanto se no próximo verão tivermos esta ETA executada, não direi que resolve os problemas na totalidade, mas aumentando a filtração da água, naturalmente vai melhorar a qualidade, portanto temos estes dois caminhos, prolongar a adutora por um lado e por outro lado avançar com a construção da ETA. ----
-----Sobre a contratação da empresa para recrutamento de pessoal, entendemos que era necessário por duas razões, primeiro por falta de pessoal e também porque a quantidade de candidatos assim o exigia, senão eu passaria um ano com o pessoal que tenho para fazer outras tarefas, a tratar de concursos para a admissão de pessoal, mas eu lembro aqui que também o Executivo anterior estava a pagar mil e quinhentos euros por mês para tratar dos precários, se bem se lembram e SIADAP, ela continua, mas devo dizer que baixou para metade, o contrato dela hoje é de oitocentos euros. Foi preciso contratar uma empresa a tratar disto, caso contrário estariam os quadros superiores da Câmara ocupados com isto, não poderia haver concurso de obras, não poderia haver todos os outros procedimentos.
-----Em relação aos Gorazes ainda não foi atribuído o subsídio, eles apresentaram o pedido, foi-lhes solicitado alguns documentos, provavelmente terá que ir para retificação na próxima reunião de Câmara, porque efetivamente eles têm necessidade de fazer algumas despesas, irá ser atribuído um subsidio na ordem daquilo que foi atribuído nos últimos anos. Em relação ao pagamento eu já disse isto aqui em relação a outras instituições e digo também em relação à ACISM, se entregamos a realização dos gorazes à ACISM, a ACISM é a entidade responsável pela execução da feira, não colocando de fora as componentes que a Câmara introduz na feira, e vão ser muitas. Para além das tarefas definidas pela ACISM a Câmara irá

Sping
del

incluir outras, que penso que ajudarão a feira. O pagamento é da responsabilidade da ACISM, ela definiu isso e definiu também a questão dos pagamentos dos espaços, há aqui duas perspectivas, se calhar a vossa é a certa, a da ACISM poderá estar errada, mas há uma coisa que todos nós sabemos: o que é de borla nunca é valorizado. Nós devemos exigir à ACISM, qualidade no evento que vai realizar e depois verificarmos se valeu a pena, ou não, porque o pagamento é simbólico e em todos os lados se paga, por exemplo um stand de uma pessoa que vende chás, ou outros produtos endógenos não vai pagar, e por exemplo porque é que um que vende tratores vai pagar, eu acho que devemos dar o mesmo tratamento a todas as empresas, eu acho que a única exceção que tem havido e que tem havido algum cuidado por todos os Executivos é abrir um bocadinho a porta à Senhora do Caminho, para ajudar, à santa Ana, para ajudar, de resto eu acho que devemos dar o mesmo tratamento a todos, porque é que uma pessoa que vai vender chouriços não há de pagar, se vai daqui para Vinhais e chega lá e paga, não podemos ser pieguinhas e dizer aqui ninguém paga, aqui é tudo de borla, e depois ninguém dá valor àquilo, têm lá stand`s de uma comissão de festas onde tem lá meia dúzia de bolos, ou seja a ACISM vai pagar por exemplo trezentos euros para alugar aquele stand e depois da venda final ela não consegue fazer sequer os trezentos euros. Eu dou o benefício da dúvida, mas vou exigir uma resposta compatível da parte da ACISM na qualidade da feira. Da parte da Câmara vamos ter no dia 16 a assinatura da Bio-Região dos lagos do Sabor, onde em principio ficou de estar presente a Senhora Ministra da Agricultura, às 14 e 30 horas, domingo, onde entraremos em vídeo conferência com o Senhor Presidente das Bio-regiões da europa, que se encontra em Seul, também para a certificação de uma Bio-região, isso será feito no recinto da feira, os lagos do sabor irão ser certificados como uma Bio-região, é muito importante, não é muito importante, é aquilo que as pessoas quiserem, agora se houver empresários que queiram que os seus produtos tenham mais um selo de uma Bio-região poderão tê-lo e vão acrescentar valor. Combinou-se com os Municípios do Douro Superior fazer um festival em movimento, isto é cada concelho fornece ao outro para um dia um grupo cultural, Mogadouro escolheu um dia dos Gorazes para que esses concelhos façam vir a Mogadouro um dos seus grupos culturais, sejam os gigantones de Carrazeda, o rancho da Meda, vários grupos que irão vir e irão atuar nos vários recintos da feira. -----

-----Em relação ao transporte para Castro Vicente até aconselhámos as pessoas a reclamar. Nos transportes há um problema porque existem

transportes públicos e transporte especiais e o que acontece é que para os transportes públicos temos apenas um agente que brinca um bocado com todo o distrito porque está tudo na mão dele, Castro vicente tem um serviço público que é para Castro Vicente, Remondes, Brunhoso, Paradela, Sampaio e por aí fora e por isso estávamos a ter algumas críticas na medida em que os alunos saem cedo e chegam tarde, mandei vir o Senhor Francisco Santos para discutir o problema, mas meus amigos, empresários são empresários e para eles é o dinheiro e são as leis que regem a atividade deles, e portanto ele diz que tem prejuízos e não sai daquele figurino dele. O concurso de Bemposta que foi a concurso por 135 €/dia, ele concorreu com 200, foi excluído e neste momento é a Câmara que está a fazê-lo, vejam que ele punha a hipótese de nós abrirmos concurso novamente para esse transporte e pagar-lhe os 200 €, para ele poder depois por mais um autocarro para desdobrar o circuito de Castro Vicente, mas nós vamos assumir com transporte da Câmara para o circuito de Paradela, Brunhoso e Remondes, para isso são importantes as reclamações que os Presidentes de Junta fizeram, porque vamos ter que fundamentar muito bem essa opção do Município, dizer que a empresa não estava a dar resposta cabal aos miúdos e com base nisso vamos pôr o autocarro da Câmara a fazer essas aldeias e ele que traga Castro Vicente para poder chegar aqui, sair a horas e chegar a horas e portanto vamos manter o circuito de Bemposta a ser feito pelo autocarro da Câmara porque ficou deserto, portanto esta é a situação. Também iremos dar resposta a uma solicitação do concelho vizinho Vimioso, que pediu para irmos buscar, como sabem Vimioso não tem o 12ºano, há uns que vão para Miranda, há outros que vão para Bragança e alguns querem vir para Mogadouro e eu acho que é importante que venham para Mogadouro, a Câmara para já vai assumir ir buscar um estudante a Algosó, apanha também um de São Martinho e Sampaio, contratámos um taxista que irá fazer esse circuito. À partida penso que o problema dos autocarros e de cumprir horários penso que fica regularizado. -----
-----Sobre o lixo quero informar que também fui apanhado de surpresa, na altura, porque efetivamente a FOCSA é uma empresa que prima por ter pouco pessoal e por não pagar lá muito bem aos seus funcionários, de maneira que de vez em quando os funcionários queixam-se e com razão e queixam-se quando acham que é importante, é na altura das festas, quando sentem que senão fizeram a recolha há mais visibilidade do seu trabalho e foi o que fizeram, com dois dias de greve, que transtornou todos os circuitos da FOCSA, o que fez com que andássemos quase uma semana, não só em Mogadouro, mas também nos outros sítios até que se normalizou a

recolha de lixo. -----
-----Em relação ao Matadouro, ponto da situação, já é conhecida, com certeza leem as atas da Câmara, há quem considere que o Matadouro não se justifica, há quem considere que o Matadouro deve ser feito em Miranda do Douro, há quem considere que é um mau investimento, aqui não se trata disso, eu acho que os políticos têm que começar a honrar o que dizem aos eleitores e nós assumimos com toda a frontalidade perante os Mogadourenses que com financiamento ou sem financiamento faríamos o Matadouro em Mogadouro e por isso iniciámos o projeto e no prazo de um ano que decorreu foi possível fazer o projeto, lançar o concurso e está neste momento em fase de adjudicação, ele foi a concurso por três milhões, duzentos e cinquenta mil euros, a proposta mais baixa foi dois milhões e seiscentos, não quero agora falhar em números, portanto se o empreiteiro entendeu que faz por isso, está a decorrer o processo normal de adjudicação e logo que seja adjudicado irá ser começado o Matadouro e devo dizer que houve bastante receptividade da parte da DGAVE, que já nos visitou e ficou satisfeita por Mogadouro ter avançado com isto e comprometeu-se a fazer os abates sanitários em Mogadouro e a cooperar com Mogadouro, agora dá prejuízo? Dá lucro? Não sei, vamos ver. O Matadouro vem com sala de desmanche, vem equipado, tudo depende do modo como se puser a funcionar, mas também nem tudo tem que dar lucro, a água dá prejuízo, os esgotos dão prejuízo, eu ainda não vi nada numa Câmara, num concelho que dê lucro, nós temos receitas que vêm do estado, somos um território, e portanto não estamos assim em tão más condições que não possamos aguentar com uma estrutura ligada ao setor agrícola, mesmo que ela venha a dar algum prejuízo, mas há uma coisa, é que para além de ser em Mogadouro, ajuda a criar centralidade a Mogadouro. Meus amigos olhem para o território e vejam que a centralidade que conseguirmos, será aquilo que nos vai ajudar no futuro”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio e disse: “só para esclarecer em relação às transmissões online, como já tinha sido dito precisávamos de o regimentar, está regimentado, estamos na fase de implementação do Regimento, é nossa intenção que a próxima Assembleia, em dezembro, já possa ser transmitida, para resolver alguma natureza mais técnica, porque daquilo que eu sei e porque fiz uma consulta informal às pessoas que trabalham aqui, se havia condições de se fazer, disseram que não, mas com algum investimento adicional poderia ser feito, ser possível transmitir não é só uma questão para a Assembleia, eu acho que é para a comunidade para se poderem realizar aqui eventos, este auditório tem



capacidade para se poderem realizar aqui fóruns educacionais que circulam pelo território e que procuram o interior. Acho que este auditório deve estar preparado para poder cativar fóruns, encontros, que muitas empresas e instituições procuram fazer, eu acho que nós também devíamos estar atentos a cativar e aproveitar para podermos transmitir sessões online da Assembleia e outras sessões. É uma coisa que tenho que conversar com o Senhor Presidente, já temos vindo a conversar, vamos conversar melhor. Temos então estas questões técnicas e para a sessão de dezembro temos duas opções, ou o auditório garante, ou temos que contratar para as sessões, individualmente e pontualmente, serviços externos, para poderem ser transmitidas. -----

-----Tenho aqui uma proposta apresentada pelo Líder Parlamentar do PS para perguntar a esta Assembleia se está de acordo que se pague bilhete na entrada para a feira dos Gorazes. Acho que não faz sentido nós deliberarmos, no meu entendimento é um assunto que é duma Associação.

► **JORGE DIAS** interveio e disse: “lembro que esta Assembleia representa todos os Municípios do concelho de Mogadouro e tem uma palavra a dizer sobre este assunto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio e disse: “eu reformularia esta proposta no sentido de deliberarmos apresentar uma recomendação à Câmara, que no protocolo com a ACISM se salvasse este tipo de garantias”. -----

► **JORGE DIAS** interveio novamente e disse que apresentaria a proposta reformulada nos outros assuntos. -----

-----Concluído o Ponto 1. “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, o Presidente da Assembleia conduziu a sessão para iniciar o ponto 2. “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”. Neste sentido, deu a palavra ao Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o ponto 2.1 “*Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro*”-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio e disse: “se acharem bem eu não vou perder tempo a ler-vos a atividade, porque está aí bem discriminada, creio que todos tiveram acesso a ela e a leram com certeza, se alguém quiser tecer algum comentário e pedir algum esclarecimento poderão solicitá-lo. -----

-----Sobre a situação financeira do Município, também se encontra descrita em que diz que a Dívida em 14-09-2022: -----

-----A fornecedores -----289.849,04€-----



-----A empreiteiros -----	135,636,24€-----
-----Empréstimos em dívida -----	108.252,82€-----
-----Leasings -----	0,00€-----
-----Encargos para o presente ano -----	0,00€-----
-----Saldo em 14-09-2022-----	
-----Orçamental-----	5.957.087,58€-----
-----Operações de Tesouraria -----	900.407,50€-----
-----Em documentos -----	65.163,78€-----
-----Fundos Comunitários a receber -----	752.751,08€-----

-----Dar nota depois também daquilo que é obrigatório e que acho muito bem que se dê conhecimento a esta Assembleia, é obrigatório dar conhecimento dos recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, estão aí, os que estão com a Abreu Advogados e aqueles que transitaram para a Jurista da Câmara, era com certeza cansativo estar a enumerar e a ler isto tudo, a Maria João está neste momento com sete processos que ainda se mantêm em contencioso, que transitaram daquele gabinete de Advogados, Silva e Marques, acho que era assim o nome, a quem se pagou duzentos e sessenta e seis mil euros e a quem se devolveu faturas no valor de seiscentos e cinquenta mil euros e que estamos à espera da resposta deles, mas com certeza a Câmara vai ter que pagar em termos futuros, portanto referente a estes processos que todos juntos não terão um valor de duzentos mil euros, entre os quais já se resolveram alguns e outros desistiram. Está aí também a questão da Abreu Advogados que tem a ver com a saída do Município das Águas do Norte e do pagamento das ações que sucessivamente a Câmara tem colocado por causa do pagamento dos consumos mínimos. Como sabem as Águas do Norte, embora não fornecendo água ao concelho de Mogadouro, nem prestando qualquer serviço continuam a faturar à Câmara de Mogadouro os chamados consumos mínimos e que eles vão buscar ao estudo que foi feito na altura da adesão em que previa que nesta altura Mogadouro tivesse dezanove mil habitantes, em função disso eles elaboram a fatura e debitam esse dinheiro anualmente à Câmara de Mogadouro, claro que nós pegamos nas faturas e enviamos pelo mesmo caminho, mas está em contencioso, a Câmara ganhou a primeira ação, eles recorreram e se perderem o recurso as ações caem todas e a Câmara irá ver-se livre com certeza, como eu acredito que vai, dessa situação, aliás, a par disso, tenho vindo em todos os fóruns que é possível, desde a Associação Nacional de Municípios e noutros a levantar o problema da gestão dos territórios e da responsabilidade das Câmaras na gestão dos territórios, nomeadamente quando o Governo está a transferir



competências para as autarquias e nega a competência de gerir o recurso fundamental, que é o abastecimento de água às suas populações. A última informação que temos das Águas do Norte é que viria falar connosco a Mogadouro, em setembro. A APA diz que Mogadouro está bem encaminhado, vamos ver, neste momento têm já uma preocupação de procurar separar Mogadouro dos outros, porque já há mais concelhos a devolver faturas e mais concelhos a querer sair. Penso que neste momento estão a ver se resolvem Mogadouro, para que isto não se torne numa roda viva em torno dos outros concelhos, porque a ideia, como sabem, é a CIM assumir a gestão verticalizada das águas através da empresa Resíduos do Nordeste, que é 100% detida pelas Câmaras. -----

-----Ainda dar nota que no Centro de Acolhimento Temporário de Mogadouro, neste momento, acolhe treze crianças, doze mulheres e um homem e estão para chegar mais três, uma avó, uma filha e uma neta, o Alto Comissariado pediu se podíamos receber mais essas três pessoas, recebemos também duas que alguém voluntariamente tinha acolhido em sua casa, mas isto é evidente que no início armados em heróis acolhem duas ou três pessoas em casa, mas quando passa um mês, dois meses, quatro meses, as famílias depois vão cansando e vão querer aliviar e é o que está a acontecer, já recebemos uma família dessas e agora vem mais uma. Em julho passado foi submetida uma candidatura ao FAMl para ajudar a suportar os gastos na residência, com os Ucrânicos, de trezentos e trinta mil euros, ela está bem posicionada para ser aprovada. -----

-----Dizer-vos também, que apoios à natalidade, mediante o regulamento em vigor, foram aprovados trinta. -----

-----Apoios a creches e amas desde o início do ano letivo, renovações de novos pedidos, setenta e oito, total desde o início da aplicação duzentos e trinta e um. -----

-----Bolsas de estudo foram apoiadas trinta. -----

-----Apoios à medicação mediante o regulamento municipal em vigor, setenta e nove. -----

-----Pessoas transportadas a consultas médicas, em junho sessenta e cinco, em julho cinquenta e seis e em agosto setenta e um. -----

-----Apoios ao investimento e à criação de emprego, depois a entrada em vigor do novo regulamento, apoiaram-se vinte e um postos de trabalho. Desde o início do mandato sessenta e cinco. -----

-----Total de empresas apoiadas desde o novo regulamento, dezanove. Total de postos de trabalho vinte e um. -----

-----Onze candidaturas estão em análise, com base no regulamento de

apoio ao setor agrícola. E foi já aprovado também o financiamento de mil e duzentos euros no âmbito da recuperação do edificado, foi a primeira candidatura que já mereceu aprovação. -----

-----Acho que tudo isto é informação relevante e que vocês devem ter conhecimento, qualquer outra coisa, façam favor, estou à vossa disposição”. -----

► **JORGE DIAS** interveio e disse: “Senhor Presidente só para nos esclarecer em relação a algumas reuniões, no dia 22 de junho, quarta-feira, reunião com o chefe de divisão da DASA sobre o novo tarifário das águas para o concelho. -----

-----No dia 20 de julho, quarta-feira, reunião com o senhor empreiteiro Manuel Caldeira sobre a situação das obras. -----

-----No dia 16 de agosto, terça-feira, reunião com o Senhor engenheiro Ricardo, sobre a execução do projeto de recuperação das antigas escolas primárias do concelho. -----

-----No dia 18, quinta-feira, reunião com os Senhores, Ana Luísa Martins e Ricardo Martins, em Mogadouro, para apresentação do projeto de empreendimento turístico a implantar em Cabeço do eixo, na vila de Mogadouro. -----

-----No dia 20, sábado, reunião com a arquiteta Alexandra Castro, do Porto, sobre a execução do projeto de recuperação das bodegas de Urrós. --

-----No dia 31, quarta-feira, reunião em Mogadouro, com o Senhor Alexandre de Resende, da Fundação Serra Henriques, para apresentação de uma proposta de intervenção nas estações de caminho-de-ferro desativados de Mogadouro”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio e disse: “no dia 22 de junho, quarta-feira, reunião com o chefe de divisão da DASA sobre o novo tarifário das águas para o concelho, eu falei nisto há bocadinho, como sabem o Executivo anterior assumiu por escrito o compromisso de a Câmara Municipal de Mogadouro até 2020 conseguir uma cobertura dos gastos de 90%, isto é: dos custos com a água para poder ter financiamento para as ETAR`s e para a ETA, o que quer dizer que Mogadouro tem que resolver este problema, o défice de tarifário tem que ultrapassar por imposição da ERSAR, seja o Executivo anterior, seja o atual, de maneira que houve necessidade de recompor de acordo com as orientações da entidade reguladora o tarifário das águas e dos resíduos, foi isso que discutimos com a DASA, para arranjar soluções e como sabem uma das soluções é para já pormos toda a gente a pagar água, isto é: nós temos contadores vem todos os tanques, em todas as IPSS`s, em todas as Juntas, para já pormos a faturar essa água

~~DeL~~
DeL

porque é água que produzimos e que não aparece depois na cobertura de custos, porque não é faturada. Os próprios consumos da Câmara no novo tarifário em vez de os termos a 0.30 ou 0.50, passamos os consumos da Câmara para dois euros e tal, o que quer dizer que vai dar um contributo para atingirmos os objetivos do tarifário, cobrir os custos, o que quer dizer, de a faturação cobrir a despesa, portanto é nesta base, para não termos que aumentar os escalões normais que são aqueles que paga o cidadão e criámos também por recomendação da ERSAR um escalão social que depois é agilizado para aquelas famílias numerosas que será fornecido depois através da DGAL que tem esse controlo até através dos subsídios que dão a essas famílias numerosas, será uma taxa 0.37% para a água. Não há grandes oscilações no pagamento normal dos valores dos munícipes, mas temos que faturar toda a água que produzimos e portanto aumentando empresas públicas e a parte da Câmara para atingirmos essa cobertura, ainda não atingimos em 2021 e provavelmente também não iremos atingir em 2022, enviaremos o tarifário para o ERSAR, o ERSAR irá analisar e ver que a Câmara de Mogadouro fez o trabalho que tinha que fazer, atualizaram de acordo com as recomendações da ERSAR. -----

-----No dia 20 de julho, quarta-feira, reunião com o senhor empreiteiro Manuel Caldeira e o chefe da DIOM, eng.º Abel Varandas sobre a situação das obras, são situações normais, como sabem saiu legislação em que é considerada a revisão extraordinária de preços das obras devido ao aumento anormal de preço das matérias primas e claro que os empreiteiros querem discutir isso e querem naturalmente aproveitar essa legislação para pôr as Câmaras a dar mais algum dinheiro (e algum é justo), porque efetivamente as matérias subiram muito, mas nós temos que fazer também aquilo que a Lei diz para fazer, que tem que ser fundamentado, primeiro as prorrogações de prazo têm que ser fundamentadas a dizer que não há materiais, mas não basta dizer que não há materiais no mercado, têm que provar que os pediram e que não os tiveram. Aquilo que discutimos com eles foi justamente isso, que a Câmara de Mogadouro iria apenas contemplar na revisão de preços os prazos contratualizados, porque senão tinham materiais pediam a suspensão da obra e o prazo não era prorrogado, contemplaremos apenas os prazos normais da obra com um coeficiente da própria lei que é 1.1% e é com base nisso que se discutiu, quer com o Caldeira, quer com os outros empreiteiros, porque o processo vai ser igual para todos, se eles vão aceitar, ou não, ou recorrer para o tribunal, isso o problema já é deles, agora eu pessoalmente conversei e procurei esclarecer-me e alguém ligado à inspeção do território diz que é preciso justificar,

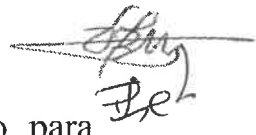
de L

fundamentar, para prorrogar os prazos, não é só a pedido deles, a pandemia não justifica tudo. Estas reuniões são normais e acontecem para acelerar a execução, porque efetivamente com a falta de pessoal que continua a haver, veja-se que há obras com um ano e meio de atraso, o caso da cantina, já não sei porque ponta lhe pegar àquilo, já não se compreende a maneira como aquilo se arrasta, mas também não podemos fazer muito porque a perceção com que fico, enquanto responsável pelas obras públicas, aquilo é um projeto que foi feito a metro e a execução está a ser feita a metro. -----

-----16 de agosto, terça-feira, reunião com o engenheiro Ricardo, sobre a execução do projeto de recuperação das antigas escolas primárias do concelho, este engenheiro Ricardo tem um gabinete a quem adjudicamos este projeto, creio que foram identificadas dez ou onze escolas primárias e entendemos que, porque são escolas primárias, e da experiência que tive enquanto vereador é que a população não gosta de ver ninguém individualmente tomar conta de uma infraestrutura que foi onde as pessoas aprenderam e que foi partilhada por todos, elas podiam ser vendidas para habitação de particulares, elas podiam ser cedidas para associações de caça, mas pessoas não aceitam, e temos esse caso bem vivo nas Quintas das Quebradas, então achámos que o único caminho era fazer projetos para aquelas que tenham características e localizações adequadas para Turismo Rural, foi isso que se fez, ao contrário do que outros fizeram, que mandaram fazer projetos para recuperação de escolas, mas sem lhe dizerem para o que era, para o que se destinavam e foram pagos. -----

-----Reunião dia 18 de agosto, quinta-feira, com os senhores, Ana Luísa Martins e Ricardo Martins, tem a ver com aquele casal de Sanhoane que há muito tempo que pôs um placard a dizer *aqui vai nascer empreendimento turístico*, veio fazer o ponto da situação em que aquilo se encontrava, dizer o que pretendem fazer, a minha perceção é que ainda se encontra num estado incipiente, ainda andam à procura do financiamento, de qualquer maneira têm uma ideia, uma ideia positiva, uma ideia que será benéfica para Mogadouro, nada a opor, explanaram o assunto, mas ainda estarão à espera do 2030 para financiar a obra, o que é correto sob o ponto de vista do investidor.-----

-----Reunião dia 20 de agosto, sábado, com a arquiteta Alexandra Castro, do Porto, sobre a execução do projeto de recuperação das bodegas de Urrós, como sabem existem trinta e uma bodegas em Urrós, têm um valor patrimonial sob o ponto de vista turístico, acho que é importante e com as pessoas que tenho abordado e comentado o assunto também o entendem e a Câmara entendeu que era bom trabalharmos ali uma parceria entre Câmara,



Junta e os próprios proprietários para procurar fazer um projeto para recuperar aquele património, estamos a trabalhar nisso nas várias vertentes, quer na adjudicação do projeto, quer também em falar com os proprietários com a ajuda da Junta em que será constituída aquilo que normalmente se chama um consórcio em termos de apresentação de candidaturas, em que a Câmara assume aqui a responsabilidade de avançar com a execução do projeto. Então veio aqui a arquiteta Alexandra, que eu não conhecia, foi mandada vir pelo nosso compatriota Rui Caseiro, que tinha estado na CIM, se eu a recebia, recebi, falei-lhe nisto e ela veio depois e apresentou um estudo que a mim me agradou profundamente, pela qualidade demonstrada na maneira como ela via as bodegas, só que era um estudo e era um projeto que vinha com valores astronómicos, em que ia para cento e oito mil euros a execução do projeto, tem mais a zona envolvente e também o arruamento até ao eixo principal da aldeia, depois mais uma fonte, mais aquele largo, ali um a outra componente, o que quer dizer que o investimento iria para um milhão de euros. Eu e o Presidente da Junta reunimos com ela, uma ou duas vezes dissemos-lhe que isso era incomportável, tinha que haver um saneamento disto tudo, de maneira que ela veio com uma outra proposta, uma proposta substancialmente mais baixa, mais aceitável, diz que reuniu com os técnicos e com as equipas dela. Estamos a avançar nesse sentido, mas ao mesmo tempo também o assunto a ser discutido ao nível da cogestão do Parque do Douro Internacional onde tive a oportunidade de sensibilizar a arquiteta Sandra Sarmento de que dada a natureza deste projeto e sendo dentro do Parque que através da candidatura cujo aviso está aberto neste momento, que até cento e cinquenta mil euros pudéssemos incluir o pagamento deste projeto e portanto este projeto até ao dia 14 vai fazer parte de uma candidatura, já nos foi fornecida uma memória descritiva sucinta como eles pedem e portanto até ao dia 14 teremos que fazer essa candidatura até cento e cinquenta mil euros, isto a par de outra que foi feita também a este mesmo aviso de pelos quatro Municípios e por sugestão da arquiteta Sandra Sarmento, pelos quatro Municípios do Douro Superior, os quatro vão apresentar uma candidatura até cento e cinquenta mil euros e depois os outros vamos apresentar individualmente cada um a sua candidatura, a dos quatro há a garantia de ser aprovada, as outros vamos ver, depende da qualidade e da valoração que o júri que vai fazer isso, der ao projeto, eu estou convencido que vai merecer o apoio. Em relação à que vai pelo Douro Superior tem a ver com a limpeza dos percursos, limpeza e homologação e sinalética dos percursos pedestres existentes e também do

Handwritten signature and initials

projeto dos miradouros, são oito ou nove miradouros, o projeto, porque eu não posso pôr lá a obra porque ainda não tenho o projeto, também entrará aí a elaboração do projeto para os miradouros do concelho. -----

-----Reunião, dia 31 de agosto, quarta-feira, com o senhor Alexandre de Resende, da Fundação Serra Henriques, esta fundação pretende em colaboração com as faculdades de arquitetura e engenharia, desenvolver projetos com os alunos para recuperação do património edificado da CP, devo dizer que o recebi e lhe disse que a Câmara não faz literalmente nada para isso, a Câmara faria tudo se fosse para recuperar a linha e as estações e fazer um aproveitamento turístico disso, agora se os estudantes quiserem fazer os projetos e entregam às Infraestruturas de Portugal, não temos nada a opor, forneceremos os elementos que temos, mas sem nos envolvermos nisso, porque eu próprio reuni com as Infraestruturas de Portugal por causa da estação do Variz, que era para fazer um polidesportivo e marcaram-no no meio da estrada, porque ali ninguém podia tocar, a recuperação do património era da Câmara mas ficava para eles, por isso acho que nem tem pés, nem cabeça, e aquilo que eu lhe disse a ele e sugeri é que já que mete universidades nisto, que faça uma proposta às Infraestruturas de Portugal para através do PRRR recuperar as estações, mas que reponham a linha pra também poder implementar os circuitos turísticos que se impõem, independentemente de alguns concelhos já terem percursos pedonais, mas já conversei com alguns e não vêm mal a situação, agora sem isso não acho que tenha grande interesse, é compor, para de seguida, levar caminho. Esta foi a posição que assumimos perante isso”. -----

-----Presidente da Assembleia passou ao ponto **2.2 – Gabinete do Presidente – Proposta – Segunda Alteração do Mapa de Pessoal – Ano 2022 – Análise e Deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio para informar: “criação de um (1) posto de trabalho na área da proteção civil, aproveitou-se o facto de haver um parecer da CCDR e da ANMP que recomenda que a nível da proteção civil a criação do coordenador da proteção civil deve constar do Mapa de Pessoal. Dado que terminou a comissão de serviço do coordenador da proteção civil, antes de proceder a qualquer nomeação, entendemos criar o lugar de coordenador da proteção civil no Mapa de Pessoal. -----

-----Criação de um (1) lugar de técnico superior licenciatura em nutrição, como sabem neste momento a Câmara tem quatro cantinas, residência, associação de funcionários, escola básica e agrupamento de escolas. -----

-----Criação de dois (2) lugares na carreira/categoria de assistente técnico administrativo. No âmbito da transferência de competências nós estamos



com uma dificuldade grande de pessoal. -----

-----São estas as alterações que gostaríamos de ver aprovadas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto, coloco a votação. -----

-----Aprovado por maioria com zero (0) votos contra, catorze (14) abstenções e vinte e dois (22) votos a favor. -----

-----Passamos ao ponto 2.3 – *Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação Referente à Aprovação – Alteração ao Regulamento de Apoio à Iniciativa Empresarial e Económica das Áreas Agrícola e Pecuária do Município de Mogadouro – Análise e deliberação.*

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio para informar que : “ se fez uma pequena alteração, apenas para definir alguma coisa que não estava bem clarificada inicialmente, que é projetos de investimento não cofinanciados, suportados, integralmente por capitais próprios: 20% do total do projeto, mínimo de um (1) hectare e máximo de dez (10) hectares. Só serão financiados os trabalhos executados, após aprovação da candidatura pela Câmara Municipal. Esta alteração não é relevante, mas é importante”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto, coloco a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto seguinte, são documentos relacionados, do 2.4 ao 2.13, irão ser apresentados pelo Senhor Presidente e discutidos no global e depois serão votados em separado”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio para informar “hoje os programas comunitários exigem, para poder haver financiamentos para a reabilitação urbana, ou recuperação do edificado, ou para investimentos nas áreas urbanas, exigem que elas estejam enquadradas naquilo que chamam Áreas de Recuperação Urbana, o Executivo anterior tinha feito uma ARU para a área de parte da vila de Mogadouro, onde naturalmente pensava intervir, nós entendemos que é preciso alargar isto também para as freguesias, e para já nesta primeira fase, propusemos a criação de todas estas ARU`s que aqui estão enumeradas. Ontem solicitei também preços para fazer alteração da ARU da própria vila, porque não contemplava parte dos bairros, o que quer dizer que quando houver o 2030, quando houver um PARU, nós não poderíamos apresentar candidatura, porque não teríamos a ARU definida, de maneira que foi muito diligente este gabinete João Medina, a quem se adjudicaram os projetos destas ARU`s e que deu resposta muito rápida, rápida a ponto, espero eu, que nos permita ainda, porque espero que

Handwritten signature and initials

ainda hoje a responsável pela Assembleia e deixo-lhe aqui já o pedido, que emita já uma certidão da aprovação da ARU de Sanhoane e de Vale de Porco, porque termina precisamente hoje às seis da tarde a candidatura a um financiamento de um aviso que está aberto, ela já foi aprovada em reunião de Câmara, se for aprovada aqui, vai já com a aprovação da Assembleia também, que é depois comunicada ao IRU e publicada em diário da república, mas permite porque é um aviso ao Overbooking condicionada, se é condicionada também têm que aceitar que ainda temos algumas condições nas ARU`s, mas elas estão feitas, portanto estão aprovadas em Câmara e se forem aprovadas aqui e merecerem a vossa confiança, antes de fechar a candidatura ainda podemos juntar essa certidão. -----

-----A de Mogadouro como está adjudicada já a questão do Bairro de São José, a execução do projeto para o piso 0 do edifício da Câmara, o novo ginásio, tudo isto vai ter que ser formatado e enquadrado dentro do investimento dos vários eixos que vão aparecer de contratualização depois com a CIM. -----

-----O que se pretende é aprovar as ARU`s de inclusão destas aldeias, porque são aquelas que vão precisar já no imediato de investimento, por exemplo, Vilarinho, Ventozelo, temos que ter uma ARU, senão a tivermos não podemos ir lá, Bemposta se pensarmos fazer o museu, Urrós também é preciso, eu acho que até acabaremos por definir as Áreas de Recuperação Urbana de todas as aldeias, portanto estas foi uma necessidade, porque são investimentos que já estão mais ou menos previstos, avançou-se com estas a exemplo de outros concelhos, nomeadamente Bragança que também já está a avançar com a criação de todas as ARU`s”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou “da nossa parte estamos preparados já com o teor da certidão, só falta mesmo a votação, porque essas não podemos antecipar, mas no final da sessão poderão já levá-las para poderem fazer a candidatura”. -----

► **JORGE DIAS** interveio e disse “só para que fique registado, o Senhor Presidente já o disse, mas nós recomendamos que sejam feitas as ARU`s para todas as aldeias do concelho”. -----

-----Não havendo intenção de intervenção, relativamente a todos estes pontos, vamos começar com a votação. -----

-----**2.4 – Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo – Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Ventozelo – Análise e Deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.5 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –**



Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Castro Vicente – Análise e Deliberação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.6 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –

Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Remondes – Análise e Deliberação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.7 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –

Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Sanhoane – Análise e Deliberação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.8- Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –

Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vale de Porco – Análise e Deliberação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.9 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –

Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila de Ala – Análise e Deliberação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.10- Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –

Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Vilarinho dos Galegos – Análise e Deliberação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.11 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –

Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Brunhoso– Análise e Deliberação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.12 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –

Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Urrós - Análise e Deliberação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.13 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo –

Informação Referente à Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Bemposta - Análise e Deliberação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Terminados estes pontos, vamos passar ao ponto 2.14 – Unidade

Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 2ª

Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa do Ano 2022 - Análise

e Deliberação.-----

-----Temos ainda o ponto 2.15 – *Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Investimentos do Ano 2022 - Análise e Deliberação.*-----

-----E o ponto 2.16 – *Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades do Ano 2022 - Análise e Deliberação.*-----

----- Irei dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que também os irá apresentar em conjunto e depois procederemos à votação em separado”. ----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio e disse “você também estão habituados aos vossos orçamentos, às vezes é preciso tirar de um lado para meter noutra, é um bocadinho o que acontece aqui. -----

-----Plano de Atividades Municipal, nós tínhamos criado um fundo de emergência para acorrer à despesa com os Ucrânios, o que se fez aqui foi diluir essa rubrica em várias rubricas para poder fazer o pagamento das várias espécies e das várias aquisições que é necessário fazer. -----

-----Depois apoio à recuperação do edifício tradicional, também se fez uma alteração, estava a ser por correntes, criou-se por capital, porque também tem a ver com o património, isto vai favorecer o património. -----

-----Criou-se de novo também a gastronomia do cogumelo, meteu-se aqui uma verba, não muito grande, porque estamos a pensar fazer, não direi um festival, mas uma atividade de promoção do cogumelo e da gastronomia ligada ao cogumelo, no mês de novembro. Foi criada de novo dotando-a com dez mil euros. -----

-----No que diz respeito à 2ª alteração modificativa do Plano de Investimentos, requalificação do Bairro de São José, porque foi para o tribunal de contas e como a data previa até 2024, teve que se por dinheiro também em 2024, apesar de neste momento já termos o visto do tribunal de contas, está visado, está a andar. Era um prazo bastante alargado e chegava ainda a 2024, teve que se meter aqui uma dotação. -----

-----Criou-se ainda uma rubrica nova por causa de uma candidatura que a Câmara fez em parceria com o IPB que tem a ver com o rio Sabor, isto é com a consolidação das margens e com a abertura de caminho lateral ao rio Sabor, a que se chama Restauro Ecológico de Solos, em que há dois parceiros, o IPB que vai ficar com a parte mais ligada à investigação no valor de quinhentos mil euros e a Câmara Municipal de Mogadouro, também com quinhentos mil euros, que ficará com a componente de restabelecer os caminhos das margens e também fazer a consolidação de alguns solos e a melhoria de alguns solos, esta é do PRR, é financiada a 100% e naturalmente mereceu a aprovação, porque está aqui ligada a uma



instituição do ensino superior, porque aí eles não falham, aí eles dão tudo. -
-----Projeto de construção do Matadouro, aumentou-se também a rubrica
para 2024. No fundo depois isto repercute-se no outro documento que é o
resumo dessas alterações, é o orçamento da despesa para onde são
transpostas estas alterações”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: não havendo intervenções,
vou colocar os três pontos a votação. O ponto **2.14 – Unidade Orgânica
Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 2ª Alteração
Modificativa ao Orçamento da Despesa do Ano 2022 - Análise e
Deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.15 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível
de 3º Grau) – 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Investimentos do
Ano 2022 - Análise e Deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.16 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível
de 3º Grau) – 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades do Ano
2022 - Análise e Deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto **2.17 – Divisão de Águas, Saneamentos e
Ambiente – Informação Referente ao Pedido de Desafetação do MM do
Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento -
Análise e Deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “permitam-me
que em relação a este ponto chame a vossa atenção para a equidade de
darmos um tratamento correto a este ponto. -----

-----Esta Assembleia já deliberou votar favoravelmente a saída do
Sistema Multimunicipal de Águas, acontece que eu tive uma reunião em
Lisboa com a ERSAR e nessa reunião foi sugerido que, já passaram tantos
anos, já mudou tanta gente, há novas visões, há novos Ministros, se calhar
não era mau voltarmos a fazer o pedido de aprovar novamente a
desafetação do Município de Mogadouro das Águas do Norte. Em reunião
de Câmara foi aprovado por unanimidade, o que reforça o espírito e a
maneira como o concelho no seu conjunto vê o setor e a importância do
setor da água e portanto aquilo que eu acho é que devemos manter esta
posição, porque acho que está ao alcance de Mogadouro poder vir a gerir as
suas próprias águas de um modo verticalizado, altas e baixas, porque só
assim é que é possível ter um setor, pelo menos com alguma rentabilidade e
também podermos decidir da importância estratégica que a água tem para

Handwritten signature and initials

as pessoas neste momento e cada vez mais devido às alterações climáticas que se vêm sentindo no planeta. O que proponho é que se delibere no sentido de reiterar a determinação e vontade de desafetação do Município de Mogadouro do Sistema Multimunicipal de Águas do Norte/ADTMAD junto do Ministério do ambiente. Depois será encaminhado, naturalmente vão pedir parecer à APA, vão pedir parecer ao ERSAR, mas também nós estamos a procurar sensibilizar essas entidades para que olhem par isto de uma maneira diferente, Miranda não pertence ao sistema, Vimioso não pertence ao sistema, portanto Mogadouro está colado a estes dois, é apenas mais um, não seria por exemplo o mesmo caso se saísse Mirandela, que está ali no centro, nós estamos no meio de dois concelhos que não pertencem e não é Mogadouro que põe em causa a viabilidade das Águas do Norte, eles só não deram a desafetação porque na altura a Ministra Assunção Cristas definiu por questões de utilidade pública não aceitar a desafetação, foi o despacho que ela deu, por utilidade pública, nós fizemos depois um estudo onde provámos que não havia utilidade pública nenhuma em causa, desafetando o Município de Mogadouro e vamos fazer acompanhar esta versão também de um estudo mais pormenorizado da situação atual do setor das águas no concelho de Mogadouro. A decisão é vossa”.

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** abriu o período de discussão. -----
-----Não havendo inscrições para discutir o ponto, colocou a votação. -----
-----Aprovado por unanimidade. -----
-----Passamos ao ponto **2.18 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – Fernando Peixinho & José Lima – SROC Lda. – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Relatório de Acompanhamento em 30 de junho de 2022 – Para Conhecimento.**-----
-----Se é para conhecimento e não havendo intenção de intervenção, passamos ao ponto **2.19 - Apoio às Freguesias/União de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Para conhecimento.**-----
-----Sem intenção de intervenção passamos ao ponto **2.20 - Mapa de apoio à criação de emprego – Para conhecimento.** -----
-----Não havendo inscrições para intervir passamos ao ponto **2.21- Mapa de cedência das máquinas no concelho – Para conhecimento.** -----
-----Continuamos sem intenção de intervenção e passamos ao ponto **2.22 - Compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento.** -----
-----Não havendo intenção de intervenção, passamos ao ponto **3 - Outros Assuntos.** -----



-----Estão aqui na Mesa duas situações, uma tem a ver com a recomendação apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS que querendo que seja do plenário tenho que pôr a votação a inclusão deste ponto e outra em que eu aproveito aqui o momento para constituir a estrutura orgânica da comissão das comemorações do 25 de abril para os próximos anos, em vez de ser anualmente, a anterior estava feita só para 2022, vou apresentar para os próximos três anos deste mandato, para não andarmos sempre a rever esta deliberação, até porque faz sentido, porque vamos ter neste entretanto as comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril, para se comemorarem os cinquenta anos há coisas que têm que se começar a pensar já. -----

-----Só para lembrar a anterior era contituida da seguinte forma: -----

-----• Mesa da Assembleia Municipal (3 comissários); -----

-----• Grupos parlamentares (2 comissários – um de cada bancada); -----

-----• Cidadãos (1 comissário, a indicar pelo Presidente da Mesa da Assembleia). -----

-----Neste momento o que eu pretendo é: -----

-----• Mesa da Assembleia Municipal (3 comissários); -----

-----• Grupos parlamentares (2 comissários – um de cada bancada); -----

-----• Autarquia (2 comissários), um do Executivo e outro poderá ser mais técnico; -----

-----• Presidentes de Junta (2 comissários - um de cada bancada);-----

-----• Cidadãos (alargar o número e envolver mais cidadania, até cinco elementos, a indicar pelo Presidente da Mesa da Assembleia). -----

-----Proponho à votação a inclusão destes dois pontos nos outros assuntos.

-----Aprovados por unanimidade. -----

-----Vou passar a ler a Proposta de recomendação: *“Tendo em conta a situação económica que atualmente se verifica e atendendo às dificuldades financeiras que muitas famílias do concelho atravessam, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recomenda o Executivo, no sentido de indagar junto da ACISM acerca da cobrança da entrada na feira dos Gorazes e também da cobrança de espaços para os artesãos locais. Sugerimos que seja reavaliado o apoio financeiro à ACISM, devido ao aumento do financiamento por parte da Associação através destes dois instrumentos, que aumentarão as receitas da ACISM.”* -----

-----Coloco a Proposta a votação. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----Vou colocar agora a votação a constituição da estrutura orgânica da Comissão das comemorações do 25 de abril para o período 2023/2025. -----


-----Aprovada por unanimidade. -----



► **CARLA LOUSÃO** interveio e disse “a minha intervenção teria mais lógica no ponto 2.1, que eu já tinha pedido a palavra, mas não se aperceberam, fazer uma nota em relação aos processos que estão pendentes na Câmara Municipal, há um processo que é conjunto com a Junta de Freguesia de Castro Vicente, por acaso ainda não tive tempo de ir falar com o Executivo, mas nós estivemos a deliberar também e a trabalhar esta situação na Assembleia de Freguesia de Castro Vicente, isto tem a ver com um processo que já está em curso desde 2013 e nós vamos tentar pôr um ponto final nisto, neste momento a Junta e o Município, somos réus, contra um autor, ele conseguiu ganhar em parte, mas a maior parte não conseguiu ganhar, temos que pagar aqui voluntariamente setecentos e cinquenta euros a meias, mas depois ainda não sabemos bem no que é que isto vai dar, porque de acordo com a informação que nos foi dada ele tem que pagar 90% das custas do processo e nós 10%, mas decidimos que não vamos interpor recurso, queremos é fechar isto de uma vez por todas”. -----

► **FRANCISCO TELO** interveio e disse “se calhar devia ter intervindo no ponto 2.19, no apoio às Juntas de Freguesia, gostaria de fazer uma proposta ao Senhor Presidente da Câmara em relação ao alargamento da estrada municipal que serve Paradela, Brunhoso e União de Freguesias Remondes e Soutelo, é uma estrada que neste momento se torna bastante estreita e uma vez que temos ali uma agro indústria, que é o caso do lagar de azeite e transportes pesados, os tratores cada vez mais são de maior dimensão. Eu acho que é necessário fazer o alargamento dessa estrada Senhor Presidente, porque já tem havido ali acidentes, ultimamente passo muito na estrada que serve a freguesia de Valverde e vejo que há uma grande diferença entre a estrada municipal de Valverde e a de Paradela, Brunhoso e União de Freguesias Remondes e Soutelo. Acho que os meus colegas, Presidentes de Junta aqui presentes também concordam comigo nesse alargamento”. -----

► **ILÍDIO GRANJO VAZ** interveio e disse “vou ser rápido mas há uma coisinha que me faz cá vir, até por uma questão de me demarcar dos donos, dos impulsionadores, do Plano Estratégico, dá ideia de que o Plano Estratégico, aqui a nível de Mogadouro, está a ser movido por um conjunto de personalidades e bem e que nós estamos de certa forma arredados deste processo, nós PSD, mas não, nós estamos empenhados tanto quanto vocês, eu pessoalmente e julgo que o meu partido reconhecerá que o Plano Estratégico hoje apresentado à Assembleia Municipal é deveras audaciosa, mas fundamental para o aprofundamento e melhoria das condições de vida do nosso concelho e dos concelhos que sustentam o Plano Estratégico e vimos aí com alguma apreensão que estamos numa queda abrupta de



natalidade e isto assusta-nos, a mim já não me assusta muito, porque enfim estou a caminho da reta final, mas estou preocupado com os vindouros e se nós não fizermos nada pelos vindouros amanhã não temos território, não temos existência, isto tem que ser dito, impõe-se que todos estejamos unidos e solidários em torno deste grande projeto que nos dignifica a todos. Mas também, sobre a apresentação deste Plano, devo confessar a minha estranheza pelo facto de no mês de agosto ter sido apresentado este projeto numa esplanada de café, quando o Município de Mogadouro dispõe de instalações para fazer esta apresentação com dignidade à população, o conhecimento que eu tive é que foi numa mesa de café para meia dúzia de amigos, eu não estava longe, mas não gostei e não fui (**ouviram-se vozes**) peço desculpa porque aquilo que me foi dito é que era a apresentação do Plano Estratégico, mas se é um livro..., mas mesmo um livro tem o local próprio de apresentação e não é numa mesa de café. -----

-----Relativamente ao encontro nacional de autarcas realizado em Viseu e à semelhança do que foi dito aqui por alguém, julgo que da atual oposição, também com dignidade, enalteceu que a intervenção do Senhor Presidente da Câmara foi bastante positiva, eu da minha parte comentei-a e até disse que foi oportuna, justa, crítica e criativa, relativamente às questões que apresentou, acho que foi uma brilhante intervenção, que pôs a nu os problemas e as afrontas que nos fazem relativamente às águas e que foi o que se debateu hoje aqui e debateu-se nos Executivos anteriores e vai continuar a debater-se até não ganharmos a bandeira, no entanto foi bom porque estavam lá membros do Governo, foi bom porque demos a conhecer as nossas apreensões aos colegas autarcas deste país e darmos também alguma valorização porque há de haver mais que estão na nossa situação e nós queremos-nos desvincular e não nos deixam desvincular. Foi bom que eles ouvissem isso e que seja uma oportunidade ganha para o nosso Município”. -----

► **PAULO CARVALHO** interveio e disse “é só para dar um esclarecimento ao amigo Granjo, o que aconteceu através do Movimento Cultural, ao qual se associou a Câmara Municipal de Mogadouro com a presença da sua Chefe de Gabinete Conceição Meirinho não foi a apresentação do Plano Estratégico, em momento algum se fez a apresentação do Plano Estratégico, nem se debateu o Plano Estratégico em nenhum dos seus pontos, o que tentamos fazer e penso que de forma, pelo menos de valor, foi que..., vamos ser claros, em determinada altura, eu como Mogadourense, senti que o Movimento Cultural das Terras de Miranda estava muito focado no concelho de Miranda do Douro e em



muitas coisas que aconteciam em Miranda do Douro e Mogadouro deveria ter um bocadinho mais de presença e de voz neste movimento, e o que nós tentamos fazer foi que publicamente aproveitando as épocas festivas em que muita gente está nas ruas e passeia-se pelo centro da vila, tentar não fazer a apresentação do Plano Estratégico, mas dizer que Mogadouro está presente, com alguns elementos, que por acaso alguns de nós até pertencemos ao Grupo Parlamentar do PS, mas o Movimento é um Movimento apolítico e portanto em qualquer momento está aberto a entradas e a contributos de quem quer que seja da comunidade civil e o que fizemos foi exatamente somente dizer que o Plano Estratégico iria para debate público e que quem quisesse que o lê-se, que o analisa-se e que estávamos recetivos a contributos para melhorá-lo e em dezembro poder apresentar um documento final um bocadinho mais completo e mais abrangente. Tenta-mos fazer isso, recebemos com muita boa vontade a presença do Município também nesse pequenino evento, concordo que pudesse ter sido feito num outro local além de um café, o objetivo foi realmente que as pessoas comuns da sociedade pudessem aperceber-se que o Plano existia, que Mogadouro estava envolvido nele, e que dessem o seu contributo, nada mais que isto, não foi nenhuma apresentação”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao primeiro Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta.

-----O primeiro secretário da Mesa, Ilídio Granjo Vaz, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão.

-----Finda a leitura da ata o senhor presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

-----Às treze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi.

A funcionária de apoio,



(Maria Isabel Sarmiento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Vítor Manuel Parreira Batista)

1)Esta ata é constituída por 17 906 palavras, distribuídas por 43 páginas e 1 664 linhas.

Plano Estratégico Para a Terra de Miranda

UM CONTRIBUTO DA SOCIEDADE CIVIL

Apresentação na Assembleia Municipal de Mogadouro, de
2022/09/30

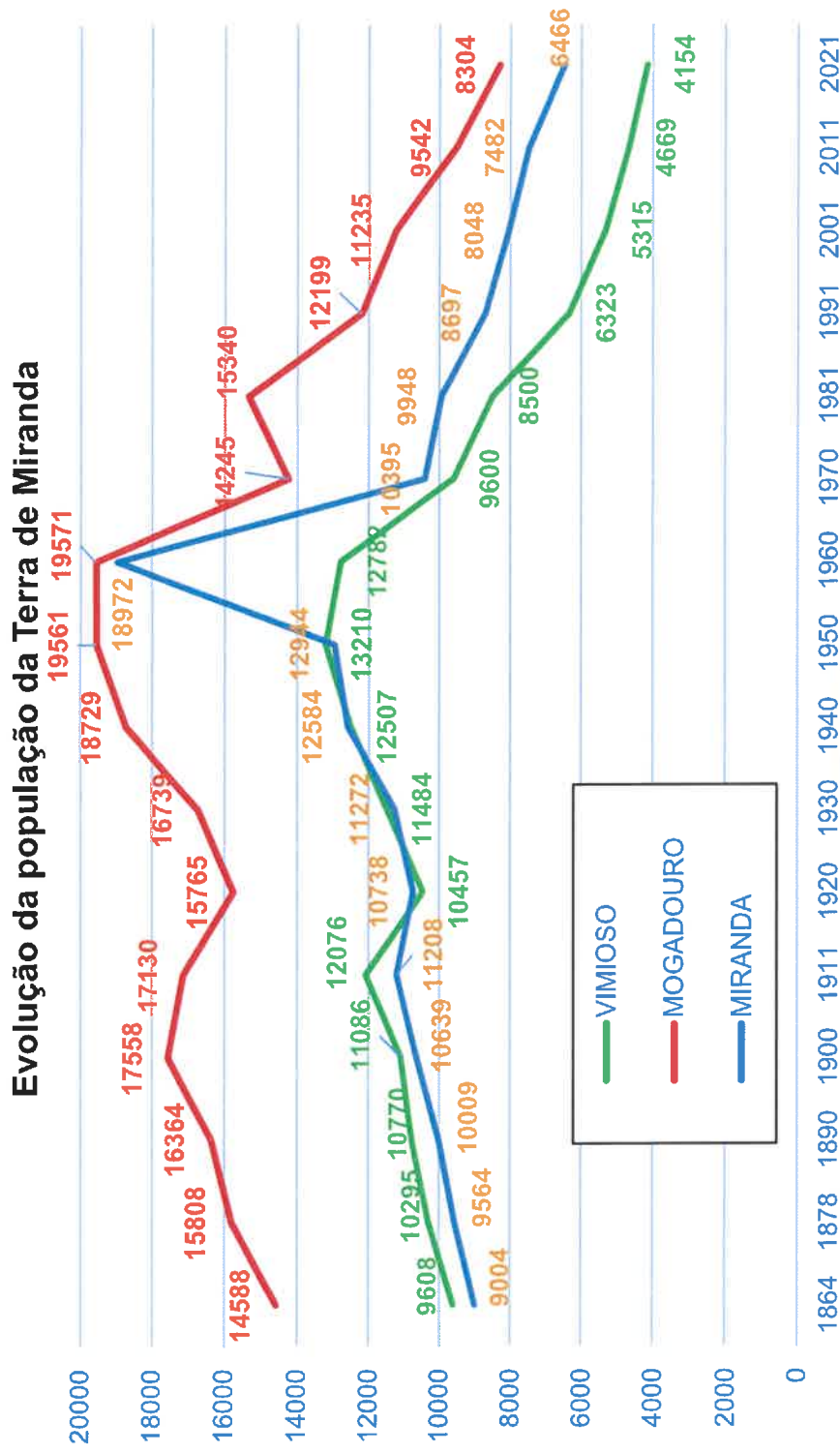


Porquê um Plano Estratégico para a Terra de Miranda?

Evolução da população da Terra de Miranda do Douro (Global)



Porquê um Plano Estratégico para a Terra de Miranda?



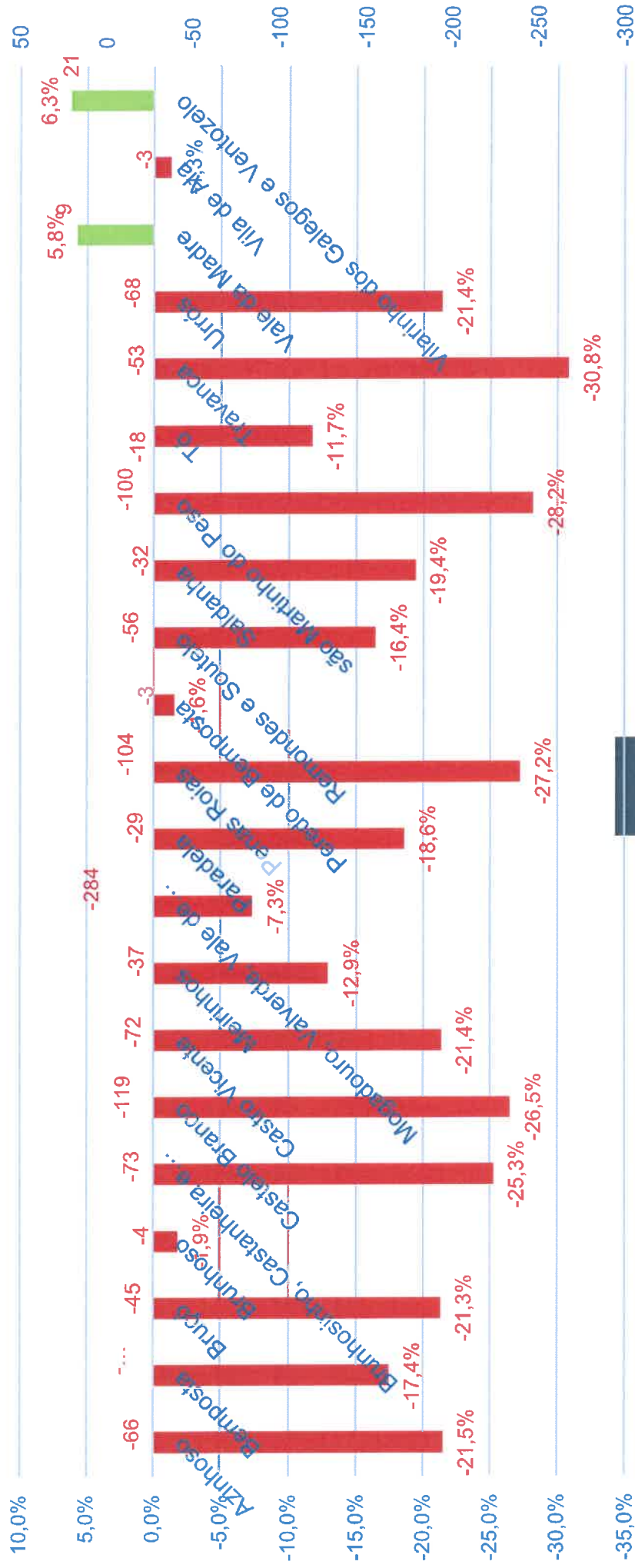
Porquê um Plano Estratégico para a Terra de Miranda?

Evolução da população da Terra de Miranda



O retrato do abandono – Um desastre demográfico

Evolução da população nos últimos 10 anos
Mogadouro



5 perguntas

1. Para onde vamos?
2. Este despovoamento é natural?
3. Esta evolução é inevitável?
4. Podemos reverter esta tendência?
5. Quais as causas do despovoamento?

Os nossos recursos mais
competitivos;

—
Aquilo que nos distingue



MOVIMENTO
CULTURAL
DE LA REGIÃO DE MADEIRA

Principais recursos da Terra de Miranda

A Terra de Miranda tem recursos extraordinários:

- i) Uma cultura própria;
- ii) Uma língua própria;
- iii) Os melhores recursos do mundo para a produção de energia elétrica;
- iv) 7 raças autóctones, 17 espécies vegetais, o Planalto Mirandês;
- v) Uma história milenar e riquíssima;
- vi) Um contexto ambiental único.

Consequências do despovoamento

Inutilidade dos recursos:

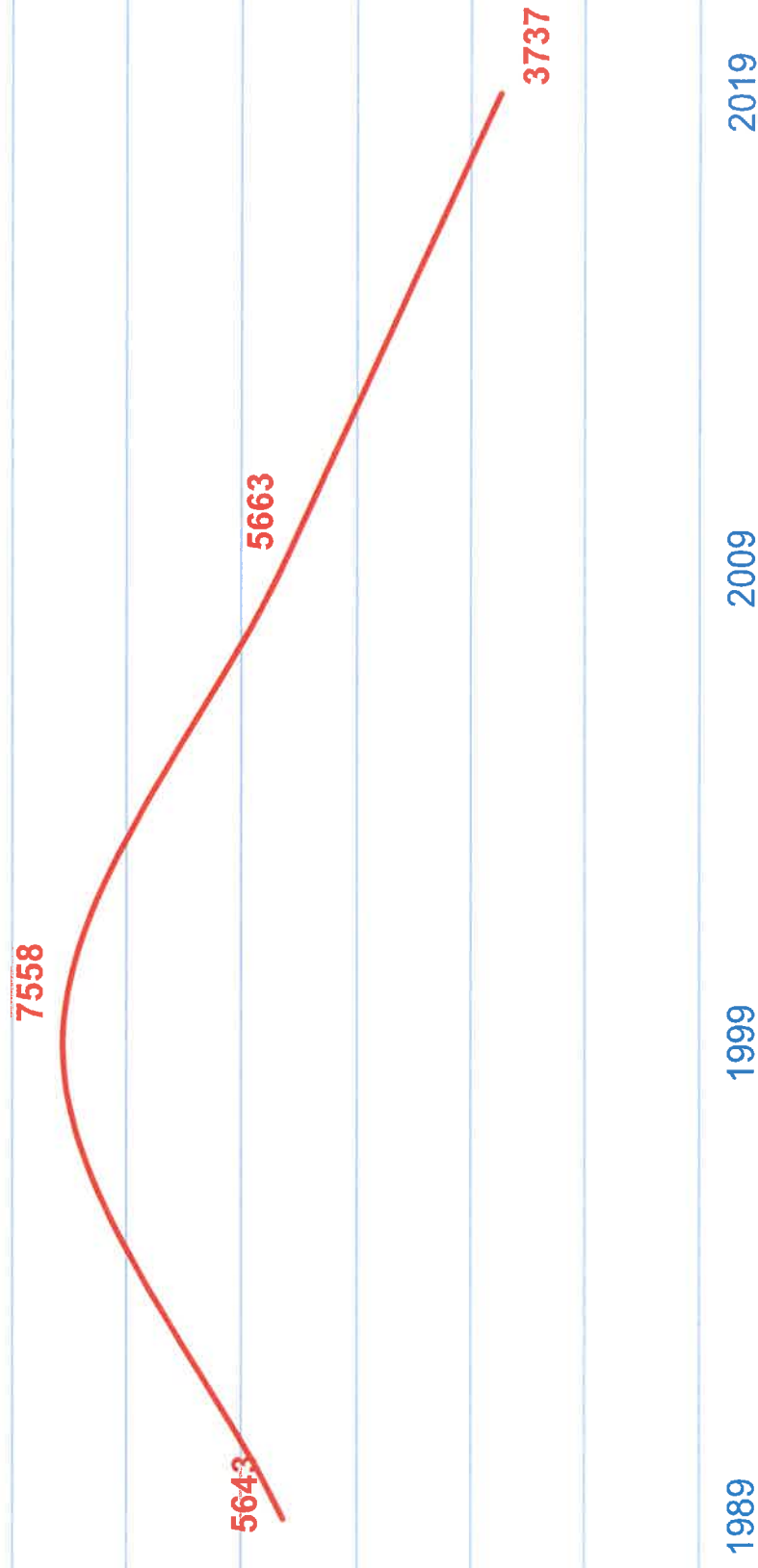
- i) Sem população não há língua;
- ii) Sem população não há cultura;
- iii) Pouco beneficiamos da energia que produzimos;
- iv) As nossas raças e espécies vegetais não podem ser exploradas;
- v) A nossa história passa a ser uma memória;
- vi) O nosso contexto ambiental passa a ser uma reserva.

Causas do despovoamento



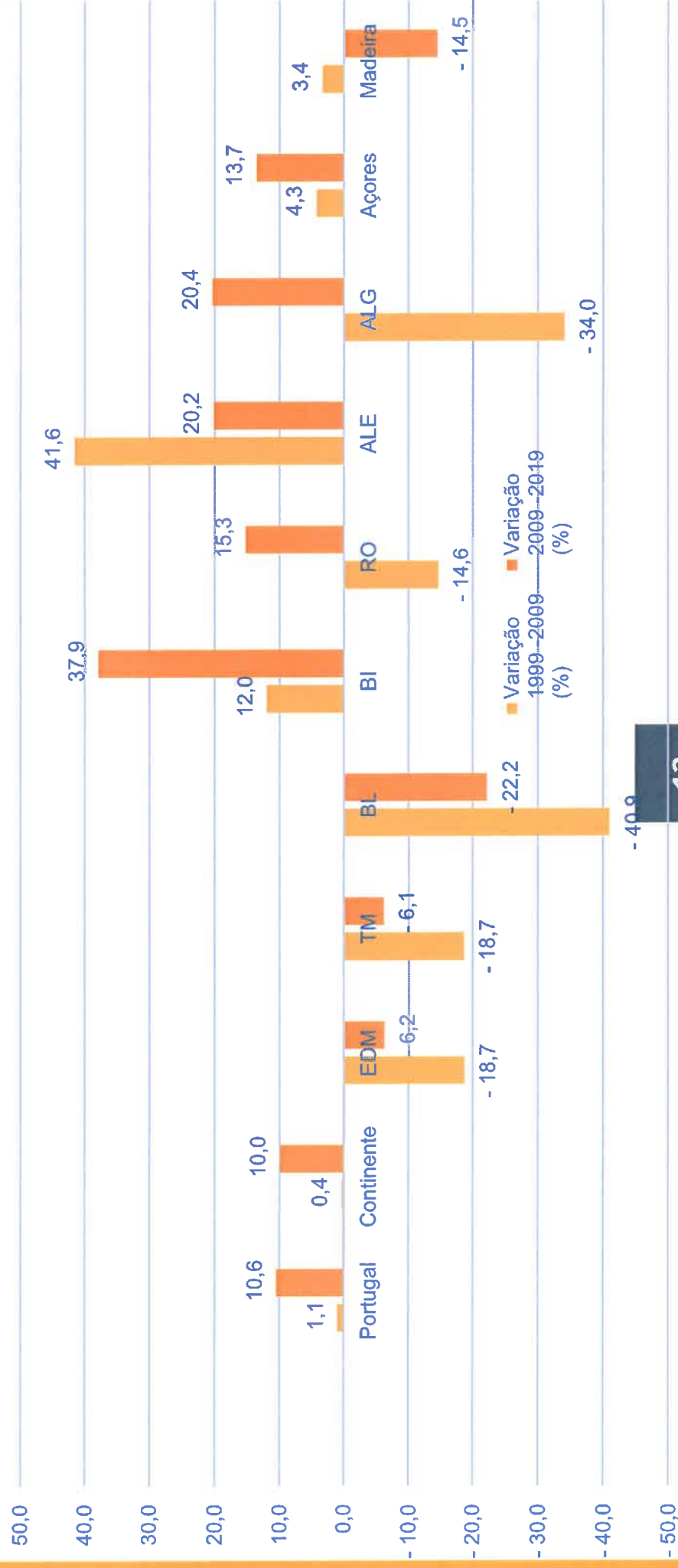
Causas económicas do despovoamento

Concelho de Mogadouro
Gado Bovino. Número de cabeças existentes



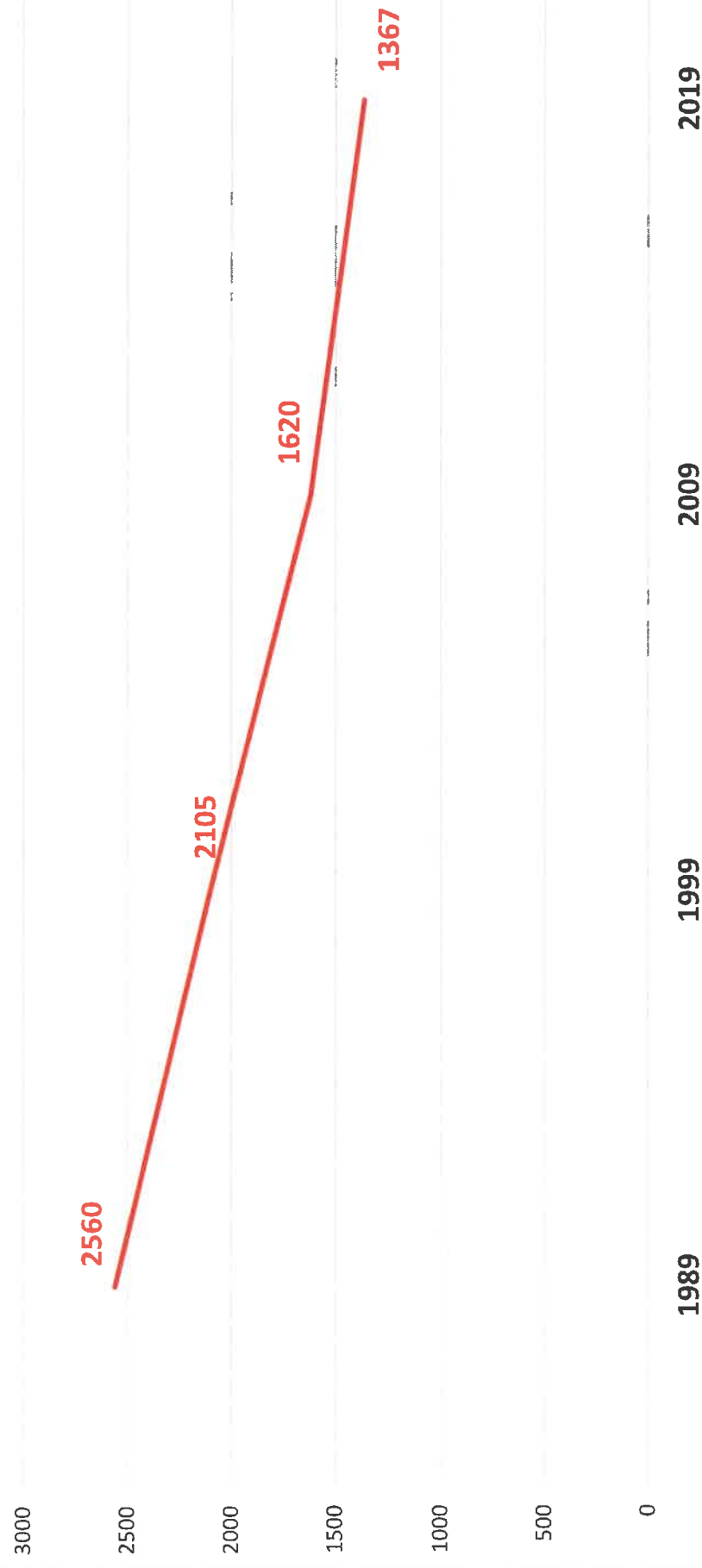
Causas económicas do despovoamento

Efetivo bovino por Região Agrária (variação 1999-2019)



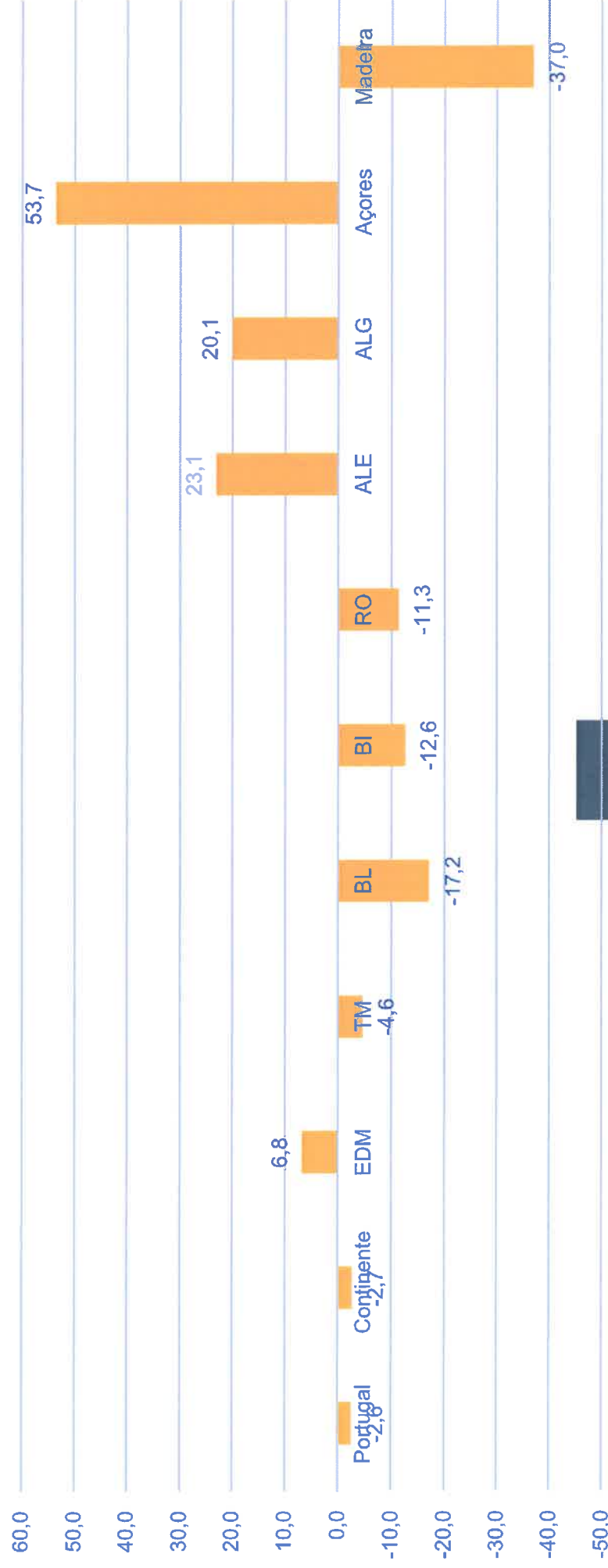
Causas económicas do despovoamento

Indicadores económicos de Mogadouro
Superfície da cultura da Vinha (ha) (Dados INE)



Causas económicas do despovoamento

Vinha para produção de vinho (total)
Variação 2009-2019
(%)



Causas económicas do despovoamento

Indicadores económicos de Mogadouro
Ovinos - Número de efetivos (Dados INE)



Causas económicas do despovoamento

Indicadores Económicos de Mogadouro
Olival – Superfície em há (dados INE)



Causas económicas do despovoamento

Indicadores Económicos de Mogadouro
Amêndoa – Superfície em ha (dados INE)



Principais recursos da Terra de Miranda

A Terra de Miranda tem recursos extraordinários:

- i) Uma cultura própria;
- ii) Uma língua própria;
- iii) Os melhores recursos do mundo para a produção de energia hidroeétrica;
- iv) 7 raças autóctones, 17 espécies vegetais, o Planalto Mirandês;
- v) Uma história milenar e riquíssima;
- vi) Um contexto ambiental único.

5 perguntas

1. Para onde vamos?
 2. Este despovoamento é natural?
 3. Esta evolução é inevitável?
 4. Podemos reverter esta tendência?
 5. Quais as causas do despovoamento?
- Não
Não
Sim
- A quebra agrícola;
- O abandono pelo Estado.

Causas do despovoamento

1. A queda da produção dos principais recursos autóctones.
 - Mas o que motiva a quebra da produtividade de recurso tão competitivos?
2. A falta de partilha da riqueza energética;
3. O abandono pelo Estado.

Causas do despovoamento

1. Quebra da produtividade de recurso tão competitivos - causas:
 - 1.1. A falência do minifúndio e da agricultura de subsistência;
 - 1.2. A abertura dos mercados;
 - 1.3. A falta de competitividade das pequenas explorações agrícolas;
 - 1.4. A falta de uma reforma fundiária;
 - 1.5. A desatualização e desorganização do cadastro predial rústico.

Causas do despovoamento

- 2. A falta de partilha da riqueza energética:
 - 1.1. O caráter extrativo do Estado, que não partilha as receitas fiscais
 - 1.2. O incumprimento do contrato social da construção das barragens;
 - 1.3. O caráter extrativo das concessionárias, que não reinvestem lucros na Terra de Miranda e praticamente não criam emprego;

Causas do despovoamento

3. O abandono pelo Estado:

- 1.1. Menosprezo e indiferença tolerante pela Língua e a Cultura;
- 1.2. Os escombros de uma história que fundou Portugal;
- 1.3. As Arribas do Douro – O PNDI como entrave;
- 1.4. A gestão da água no Planalto Mirandês – Abandono e destruição;
- 1.5. Arquitetura rural e industrial – Abandono e degradação;
- 1.6. O fracasso das políticas públicas de coesão, tanto do Estado português, como da UE.

5 perguntas, 5 respostas

1. Para onde vamos?
- Para onde quisermos, nós é que decidimos
2. Este despovoamento é natural?
- Não, é contra-natura
3. Esta evolução é inevitável?
- Não
4. Podemos reverter esta tendência?
- Sim
5. Quais as causas do despovoamento?
- A quebra agrícola;
- O abandono pelo Estado.

As soluções



MOVIMENTO
CULTURAL
DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MINAS GERAIS

Visão

Uma sociedade e uma economia da Terra de
Miranda fortes, prósperas e competitivas,
assentes na valorização e rentabilização
económica dos seus recursos endógenos - a sua
Cultura, a sua Língua, a sua História, o seu
Ambiente.

Plano Estratégico Para a Terra de Miranda

- 7 Eixos estratégicos;
- 38 projetos estruturantes;
- 203 milhões de euros de investimento.

EDE 1 – Reconstrução da superestrutura legislativa económica

Projeto 1 – Reforma da fiscalidade municipal associada às barragens;
Projeto 2 – Reconstrução e reforma do cadastro predial rústico e urbano;

Projeto 3– Reabilitação da economia rural, mediante:

3.1. Reforma da tributação fundiária;

3.2. Incentivar a afetação produtiva das terras abandonadas.

Projeto 4 – Reforma da fiscalidade empresarial da Terra de Miranda, para o crescimento e a prosperidade económica;

Projeto 5 – Reabilitação urbana da Terra de Miranda;

Projeto 6 – Incentivos ao (re)povoamento da Terra de Miranda;
projeto 7 – Sustentabilidade das finanças municipais.

EDE 2 – Desenvolvimento econômico e social

Projeto 8 – Criação da Bolsa de Terras da Terra de Miranda;

Projeto 9 – Aproveitamento hidroagrícola;

Projeto 10 – Aposta na indústria de transformação dos produtos agrícolas do território;
Projeto 11 – Aposta na agricultura biológica;

Projeto 12 – Instituto de Investigação das Raças e Produtos Autóctones da Terra de Miranda;

Projeto 13 – Agência para o Desenvolvimento Integrado da Terra de Miranda;

Projeto 14 – Criação de um novo modelo de partilha pública da riqueza gerada pela exploração das barragens

Projeto 15 – Revisão do modelo de investimentos a realizar pela concessionária das barragens;

Projeto 16. Criação de um observatório da exploração das barragens, órgão de consulta e de participação.

EDE 3 – Língua, Cultura e História

- Projeto 17 – Instituto Público da Língua Mirandesa;**
Projeto 18 – Programa de requalificação dos sete castelos da Terra de Miranda;
Projeto 19 – Recuperação do Paço Episcopal de Miranda do Douro;
Projeto 20 – Inventariação e recuperação dos locais pré-históricos das Arribas do Douro;
Projeto 21 – Recuperação e valorização dos santuários religiosos de referência da Terra de Miranda;

EDE 4 – Ambiente

- Projeto 22 – Recuperação e infraestruturação dos caminhos antigos da Terra de Miranda;
- Projeto 23 – Recuperação ambiental das margens do rio Douro, eliminando os danos provocados pela construção das barragens;
- Projeto 24 – Reabilitação do património arquitetónico do Moderno Escondido
- Projeto 25 – Abertura das barragens portuguesas do Douro Internacional à exploração turística;
- Projeto 26 – Reabilitação do património arquitetónico rural;**
- Projeto 27 – Reabilitação ambiental e das estruturas de gestão da água das bacias hidrográficas dos rios da Terra de Miranda;**
- Projeto 28 – Projeto de agroturismo e turismo rural.

EDE 5 – Infraestruturas

Projeto 29 – Reabertura do Hospital de Miranda ou criação do Hospital da Terra de Miranda;

Projeto 30 – Criação da Escola da Terra de Miranda;

Projeto 31 – Contrato-programa entre as escolas públicas da Terra de Miranda e os municípios, para uma escola de excelência;

Projeto 32 – Melhoria dos serviços públicos oferecidos às populações;

Projeto 33 – Acesso às redes móveis e à Internet;

EDE 6 – Douro – Um rio de união e não de fronteira

O rio Douro, no seu troço internacional, foi fronteira durante muitos anos, a primeira e mais importante fronteira de Portugal, e também a primeira fronteira da Europa.

Essa fronteira trouxe a guerra, a destruição e a morte à Terra de Miranda.

Atualmente, o Douro é um rio de união e de prosperidade, um dos sucessos da construção europeia.

Projeto 35. Projeto Douro Europeu;

Projeto 36. Reconhecimento internacional do valor dos bens culturais e históricos da Terra de Miranda;

EDE 7 – Ver mais além – estudar o centralismo

Projeto 37. Estudos do Centralismo em Miranda do Douro;

Financiamento

Receitas	Anos										Total	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031		
1. Receitas das barragens												
1.1. Imposto de selo	88											88
1.2. IMI sobre edificios e construções	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	60
1.3. IVA sobre venda energia elétrica	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30
1.4. Outras -- e.g., Pacto social Movhera	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
2. Fundos Europeus	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
3. Outras	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	5
Total	99.5	11.5	11.5	11.5	11.5	11.5	11.5	11.5	11.5	11.5	11.5	203

9 - Implementação

Projeto 38 - Instituição do Fundo da Terra de Miranda

Muito obrigado

www.terrademiranda.org



MOVIMIENTO
CULTURAL
DE LA TIERRA DE MIRANDA
TERRA-MIRANDA-ORGANISMO

